

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Maura Bombardelli

Por um Trabalhismo Autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)



Porto Alegre

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Maura Bombardelli

Por um Trabalhismo Autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2010

RESUMO

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi uma das principais agremiações políticas do Período Democrático de 1945 a 1964, assumindo papel destacado na proposição de políticas reformistas ao país, sobretudo a partir de meados dos anos 1950. No entanto, o momento de maior avanço do reformismo programático do partido coincidiu com a perda de um de seus grandes líderes, o deputado federal Fernando Ferrari, que viria a fundar um novo partido, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Inserida nos estudos de história política, a presente pesquisa busca compreender o papel das ideias políticas de Ferrari e seu grupo no processo de cisão partidária ocorrido no PTB em fins de 1950, e de que forma essa fração procurou utilizá-las visando legitimar-se junto ao eleitorado no pleito para a Vice-Presidência da República de 1960. Conquanto a cisão tenha ocorrido em nível nacional, daremos atenção especial ao Rio Grande do Sul, por se tratar do *locus* privilegiado de atuação política de Ferrari e do único estado onde logrou vitória nas eleições de 1960, superando o petebista João Goulart. As principais fontes utilizadas foram o periódico *Correio do Povo* e dois livros escritos por Ferrari por ocasião da sua candidatura: *Mensagem Renovadora* (1960) e *Minha Campanha* (1961).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. QUE BUSCAMOS SENHOR PRESIDENTE? A CISÃO DA FRAÇÃO FERRARISTA.....	14
1.1. A convenção.....	14
1.2. Sobre Fernando Ferrari.....	16
1.2.1. O jovem de formação católica e o ingresso na política.....	16
1.2.2. O seguidor de Pasqualini.....	17
1.2.3. O parlamentar comprometido com os ideais trabalhistas.....	19
1.3. Sobre a Cisão Ferrarista.....	23
1.4. O lançamento da candidatura.....	28
2. TRABALHISMO X TRABALHISMO: CAPÍTULOS DE UMA CAMPANHA.....	30
2.1. A Campanha das Mãos Limpas”: do lançamento ao primeiro teste.....	30
2.2 O MTR “de Ferrari” enfrenta o PTB “de Jango”.....	33
2.2.1. Herança Vargasista.....	35
2.2.2. Doutrina Pasqualinista.....	37
2.2.3. Idealismo na política.....	38
2.2.4. Trabalhismo puro.....	39
2.2.5. Métodos democráticos.....	40
2.2.6. Proximidade com o povo.....	42
2.2.7. Combate à corrupção.....	43
2.2.8. Outros temas da campanha.....	44
2.3. Resultados eleitorais.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

Que buscamos senhor presidente? Não se procurou dar até hoje um sentido ao trabalhismo.

Fernando Ferrari¹

Havia no caráter de Fernando Ferrari traços que me comoviam, como sua capacidade de otimismo e sacrifício, e também uma certa candura, no sentido mais puro desta palavra. Era o jovem líder dotado duma serena coragem apostólica que nada tem a ver com bravatas, cargas de cavalaria e patas de cavalo. Em suas pregações cívicas e políticas, jamais recorreu, que eu saiba, à ameaça. Mantinha, isso sim, uma admirável fidelidade ao seu pensamento e aos seus sentimentos cristãos. Num país em que a corrupção campeia e quase se vai transformando em norma, Fernando Ferrari era um dos poucos homens públicos que podem permitir sem medo uma devassa na sua vida privada. Viveu pobre e pobre morreu.

Érico Veríssimo²

O escritor Érico Veríssimo e o político Fernando Ferrari são agentes cujas trajetórias simbolizam um tempo da história brasileira. Conforme Lucilia Delgado, “cada tempo tem sua marca específica, definida pelas ações dos sujeitos históricos e pelos valores que o conformam (...) São as marcas da singularidade temporal que fazem dos processos históricos experiências únicas e, portanto, definitivas”. O chamado Período Democrático (1945-1964) traz consigo uma marca indelével: a crença na transformação com vistas à construção de um futuro alternativo ao próprio presente (DELGADO, 2001: 170, 171).

Temas como educação para todos, reforma agrária, enfrentamento da seca e da miséria no Nordeste, combate à corrupção e à desigualdade social e preservação do patrimônio nacional, pautados nas campanhas presidenciais até os nossos dias, consolidaram-se como demandas de uma parcela da população ao Estado brasileiro naquele período. Estavam presentes, por exemplo, no livro *Mensagem Renovadora*, do economista e político gaúcho Fernando Ferrari (1960).

Ferrari integrava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos protagonistas na condução de um projeto político para “transformar” o país. Criada por Getúlio Vargas no final do Estado Novo sob o argumento representar os anseios dos

¹ Fala de Fernando Ferrari a João Goulart (CARONE, 1981: 125).

² Trecho do prefácio ao livro *Escravos da Terra*, obra póstuma de Fernando Ferrari (1963: 01).

trabalhadores brasileiros, institucionalizando a ideologia do trabalhismo, tal sigla assumiu um papel destacado na proposição de políticas reformistas ao país, sobretudo a partir de meados dos anos 1950 (DELGADO, 1989).

No entanto, o momento de maior avanço do reformismo programático do partido coincidiu com a perda de um de seus grandes líderes, figura importante na elaboração de algumas de suas principais diretrizes (D'ARAÚJO, 1996: 128).³ *Personalismo, regionalização decisória*, ou mesmo *fidelidade ao seu pensamento* e luta por um *trabalhismo autêntico*, como preferiam seus defensores, afastaram Fernando Ferrari, deputado federal mais votado em 1958, e então líder de bancada na Câmara, da agremiação que ajudara a fundar. Ocorria “O Grande Cisma no PTB” do qual se originou, em 1960, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), único novo partido criado desde os anos de transição do Estado Novo para o Período Democrático (D'ARAÚJO, 1996).

O presente trabalho propõe-se a examinar a cisão interna ocorrida no PTB na passagem para os anos 1960. Orientado pelo estudo das *subunidades partidárias* desenvolvido por Giovanni Sartori (1982), procura-se compreender de que forma uma fração atuante no PTB, cuja principal liderança era Fernando Ferrari, demarcou posições político-ideológicas diante do grupo majoritário liderado por João Goulart. De acordo com a *teoria do campo político* de Pierre Bourdieu (1989), considera-se que a produção de ideias políticas consiste num elemento fundamental para a legitimação das disputas no campo, sendo duplamente determinada: quer pelas pressões internas do campo, quer pela necessidade de legitimação externa ao mesmo. Chega-se então à seguinte questão de pesquisa:

Que papel deve ser atribuído às ideias políticas de Fernando Ferrari e seu grupo no processo de cisão partidária ocorrido no PTB em fins de 1950 e de que forma tal fração as utilizou visando legitimar-se junto ao eleitorado no pleito de 1960?

O recorte cronológico engloba o período em que a concorrência entre os dois grupos esteve mais evidente, desde o marco inicial da cisão, a XI Convenção Nacional do PTB, em maio de 1959 (D'ARAÚJO, 1996: 128), até o processo eleitoral de 1960, quando Ferrari (candidato pelo Partido Democrata Cristão – PDC) e Goulart (candidato

³ Ferrari foi, por exemplo, um dos responsáveis pela elaboração de um programa mínimo de cunho trabalhista como requisito para aceitar a aliança entre João Goulart e Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955 (D'ARAÚJO, 1996: 107). O Plano de Ação Política, um roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes parlamentares petebistas no tocante às possíveis articulações do PTB com outros partidos, aprovado na XI Convenção Nacional do partido também foi elaborado, em sua maior parte por Ferrari (D'ARAÚJO, 1996: 126).

pelo PTB) disputaram o voto dos eleitores para o cargo de vice-presidente da República. Conquanto a cisão tenha ocorrido em nível nacional, daremos especial atenção ao Rio Grande do Sul, especialmente por se tratar do *locus* privilegiado de atuação política de Ferrari e do único Estado onde logrou vitória, superando Goulart.

O estudo proposto insere-se na área temática da história política. Segundo Maria Helena Rolim Capelato (1996), muitos autores têm feito referência a uma valorização recente dessa área, relegada a segundo plano por várias décadas. O interesse teria em sua origem as mudanças históricas dos últimos anos, tanto no plano nacional quanto no internacional, quando a problemática da democracia se impôs por toda a parte, suscitando o debate sobre questões de natureza política. Enquanto nos anos 1960-70, o deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais fez com que a historiografia privilegiasse os estudos sobre movimentos sociais, grupos minoritários e cultura, nos anos 1980, de outro modo, a substituição da revolução pela democracia fez com que as atenções se voltassem para a história política.

Angela de Castro Gomes (1996), por sua vez, salienta que a revitalização dos estudos de história política guarda relações profundas com as mudanças de orientação teórica que atingiram as ciências sociais em geral, caracterizadas por uma crise dos paradigmas estruturalistas então vigentes: o marxista, o funcionalista e também o de uma vertente da Escola dos *Annales*. No bojo dessa crise, houve uma re-significação da história política, que trouxe consigo algumas orientações inovadoras e essenciais, como a sua não redução a um reflexo superestrutural de um determinante de qualquer outra natureza, bem como a demanda pela incorporação do tempo presente e absorção de novas metodologias (GOMES, 1996: 63-64). Esse período marcou ainda uma maior aproximação entre historiadores e cientistas sociais. Nas palavras de Gomes:

é possível entender que a “área de aproximação” entre historiadores e cientistas sociais é assinalada tanto pela presença de interesses em comum – como os temas político-culturais –, sobretudo vivenciados no tempo presente, quanto ao novo papel assumido por esse intelectuais cada vez mais atuantes na *mídia*, embora de formas muito diferentes (GOMES, 1996: 64).

Nessa conjuntura, um novo sentido foi dado aos estudos sobre partidos políticos no Período Democrático de 1945 a 1964. Ressaltava-se que as lideranças políticas do período possuíam bases sociais diferenciadas e assumiam feições ideológicas diversificadas. Assim, seria “extremamente simplista compreender sua ação política e também o comportamento eleitoral dos brasileiros como reduzidos a

manobras clientelísticas ou apelos demagógicos” classificados como “desvirtuamentos” da “verdadeira política”. Adotava-se a noção de “adesão” dos eleitores (não mais das massas) às propostas políticas dos candidatos, inclusive – e até principalmente – às dos líderes populistas (GOMES, 1996: 70).

Diversos estudos sobre partidos políticos foram realizados no período. O Partido Comunista foi provavelmente o primeiro e mais abordado, por razões que a rejeição ao Regime Militar e o engajamento dos intelectuais podem ajudar a explicar. Além desta, outras agremiações foram analisadas, como o Partido Social Democrático (PSD) (HIPOLITO, 1985) a União Democrática Nacional (UDN) (BENEVIDES, 1981) e o PTB⁴ (BENEVIDES, 1989; GOMES e D’ARAÚJO, 1989; DELGADO, 1989, e D’ARAÚJO, 1996).⁵ Somados aos trabalhos sobre o sistema partidário do período (BRASIL, 1983 e LAVAREDA, 1991), essas pesquisas, de acordo com Gomes, passaram a incorporar algumas observações que seriam caras ao conhecimento sobre partidos políticos no Brasil:

a de que as análises sobre o funcionamento de partidos nacionais deve atender para os seus níveis estaduais e municipais de atuação; a de que a historicidade das instituições partidárias é fundamental, e que também ela sofre o impacto da regionalização; e por fim, a de que, a despeito do desprestígio que partidos e procedimentos eleitorais sofreram entre 1965 e 1974, antes e depois destas datas os eleitores procuraram orientar-se através de siglas partidárias, havendo “racionalidade”, tanto em suas fidelidades quanto em suas “infidelidades” (GOMES, 1996: 72).

Com base nesses pressupostos, buscamos oferecer uma contribuição aos estudos sobre o trabalhismo brasileiro, com ênfase da seção gaúcha, ao abordar um tema controverso e ainda pouco aprofundado pela historiografia, sobretudo no que se refere ao processo eleitoral de 1960.⁶ Avaliamos que esse pleito é essencial para abordar o evento em questão, ou seja, a cisão do PTB, pois se trata de um momento privilegiado

⁴ Convém notar que o PTB foi a única sigla a ser reivindicada e, inclusive, disputada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas a partir de 1978, quando da retomada do multipartidarismo no Brasil.

⁵ Entre os trabalhos mais recentes é oportuno mencionar o estudo sobre a formação do Partido de Representação Popular (PRP) (CALIL, 2001). Para a atuação dos partidos em nível estadual destacamos os estudos sobre o sobre a atuação da UDN no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2001), a formação e atuação do Partido Libertador (PL) no Rio Grande do Sul (TAUFER, 2008) e a formação do PTB no Rio Grande do Sul (CRUZ, 2010). Com relação à articulação política dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul no período de 1945 a 1965, ver Maria Mercedes. L. Cánepa, (2005). Sobre o trabalhismo no Rio Grande do Sul, ver Romeu Karnikowski (1999).

⁶ A polêmica existente em torno da atuação política de Fernando Ferrari (programático-doutrinário/personalista) será apresentada no capítulo 01.

para o debate de projetos que, por sua vez, são apresentados aos eleitores e postos em concorrência no campo político.

Acima de tudo, intenta-se enfocar o tema sem restringi-lo a uma perspectiva estrutural – em que as idéias políticas constituem uma estratégia pura e simples de dominação/opressão – dando voz e sentido a um agente relevante na história do trabalhismo brasileiro.

Feitas as considerações iniciais, passemos à explanação a respeito do aporte teórico, visando uma melhor elucidação da nossa questão de pesquisa. Na obra *Partidos e Sistemas Partidários*, Giovanni Sartori (1982) sustenta que o partido é uma unidade significativa de análise, assim como o sistema partidário, seu desdobramento mais abrangente. Do mesmo modo, poderíamos ficar aquém do partido como unidade e estudar as subunidades partidárias, pois, “mesmo que o partido seja a principal unidade de análise, essa análise é incompleta se não examinar como tais subunidades entram no partido e o alteram” (SARTORI, 1982: 93). Assim, o estudo do sistema partidário brasileiro no Período Democrático de 1945 a 1964 passaria pelo exame, não apenas dos partidos que o compunham, mas também das suas divisões internas, caso do MTR em relação ao PTB.

Conforme a definição do autor, um partido – seja qual for a sua disposição, formal ou informal – é um conjunto de pessoas que formam “constelações de grupos rivais”. Essas divisões, agregadas ao tipo de interações delas resultante,

constituem por si só uma área de preocupação distinta e crucial. A questão é, portanto, como a unidade “partido” é articulada, ou desarticulada pelas suas subunidades... o próprio partido é – de dentro – um sistema. Portanto, podemos dizer que estamos agora focalizando o partido-como-sistema – um sistema cujas partes são as subunidades partidárias (SARTORI, 1982: 94).

Para o estudo “desde dentro” dos partidos políticos, Sartori sugere a adoção do termo *fração*, que designa genericamente as subdivisões partidárias. Tal termo seria amplo e neutro, uma categoria geral não especificada”. No entanto, partindo dessa classificação geral, tornar-se-ia necessária uma estrutura mais articulada para se explorar a anatomia interna de um partido. Para isso, o autor lança mão dos conceitos de *facção*, concernente a um grupo de poder específico, e *tendência*, entendida como uma série configurada de atitudes (SARTORI, 1982: 96-97).

Com base nessa classificação preliminar, a anatomia subpartidária poderia ser “proveitosamente explorada ao longo de quatro dimensões: (I) organizacional, (II) motivacional, (III) ideológica, (IV) esquerda-e-direita.” Tais itens, conforme o autor, poderiam também ser avaliados independentemente (SARTORI, 1982: 98).

Para o entendimento da cisão ferrarista, julgamos ser fundamental a observância da “anatomia interna” proposta por Sartori, especialmente no que se refere à compreensão das seguintes questões, relacionadas às dimensões I a III, e vinculadas à questão proposta por esta pesquisa: 1) Qual o papel representado pela divergência de tendências em tal cisão?⁷ 2) Qual a influência da dimensão ideológica nesse fenômeno?⁸ 3) Com relação à dimensão motivacional, tal grupo se constituiria numa facção (grupo orientado para o poder e/ou para cargos e proventos) ou numa fração de princípio (interessado na promoção de ideias e ideais)?⁹

Observa-se, nas perguntas acima, bem como no problema geral de pesquisa, a centralidade assumida pelo elemento ideológico. De acordo com Pierre Bourdieu, as ideologias devem sua estrutura e funções mais específicas às condições sociais da sua produção – para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada – e da sua circulação – para os não especialistas. Elas serão sempre “duplamente determinadas”, na medida em que devem suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou frações de classe que elas exprimem,

⁷ Para a identificação das tendências atuantes no PTB, utilizamos modelo proposto por Lucília Delgado (2001). De acordo com a autora, eram três as principais tendências do partido: os *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*. As diferentes tendências serão caracterizadas no capítulo 1 do presente trabalho.

⁸ Segundo Mario Stoppino, tanto na linguagem política, quanto na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhum termo que possa ser comparado à Ideologia, pela frequência com que é empregada, mas principalmente pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos. Nesse intrincado e múltiplo uso do termo, Stoppino delinea duas “tendências gerais”, ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio se propôs a chamar de “significado fraco” e “significado forte” da Ideologia. O significado fraco diz respeito ao conjunto de “ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. O significado forte tem origem no conceito de ideologia de Karl Marx e é entendido como “falsa consciência das relações de domínio entre as classes”. Diferencia-se claramente do significado fraco devido à noção de falsidade. Enquanto no significado fraco, Ideologia é um termo neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas, no significado forte, é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política. Para a análise da dimensão ideológica, o termo é apropriado em seu “sentido fraco”, aproximando-se da concepção de Giovanni Sartori. Sobre a *Ideologia na política*, afirma Sartori que a problemática é: “se a Ideologia é um aspecto essencial da política, e, uma vez concluído que o seja, o que ela é e como pode ser explicada... o que importa não é o valor da verdade, mas, por assim dizer, o valor funcional da ideologia” (STOPPINO, 1997: 587-597).

⁹ Segundo Sartori, a dimensão ideológica confunde-se certamente com a dimensão motivacional. Entre outras coisas, a ideologia é uma poderosa força motivadora. Por outro lado, uma série de motivações nada tem a ver com a ideologia. Portanto, os dois contínuos deveriam ser separados.

mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à “lógica específica do campo de produção” (BOURDIEU, 1989: 13).

De acordo com Bourdieu, a dimensão ideológica é um importante instrumento legitimador de disputas inerentes ao campo político. *Campo político*, conceito desenvolvido pelo autor, é entendido como campo de forças, e também como campo de lutas que têm o “objetivo de transformar a relação de forças que confere a este campo sua estrutura em determinado momento” (BOURDIEU, 1989: 164). Em sua definição,

o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais longe estiverem do local de produção (BOURDIEU, 1989: 164).

Para compreender as tomadas de posição política, programas, intervenções, discursos eleitorais etc., é importante não só conhecer as pressões dos laicos (a “base”) de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários, mas também o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo (BOURDIEU, 1989: 172). Esta luta que opõe os profissionais no campo político

Assume pois a forma de um poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é, ao mesmo tempo uma luta do pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.) (BOURDIEU, 1989: 174).

Os agentes por excelência dessa luta seriam os partidos políticos. Para garantirem uma mobilização duradoura capaz de impor seus objetivos, eles precisam, por um lado, incutir uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número de cidadãos possível e, por outro, conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. “A produção de idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número”, diz o autor (BOURDIEU, 1989: 175).¹⁰

¹⁰ Com relação à produção de ideias acerca do mundo social, a posição de Sartori difere da de Bourdieu. Enquanto para este, ela está sempre subordinada à lógica da conquista poder, para aquele, podem existir

As ideias políticas serão sempre duplamente determinadas, quer pela luta interna no campo, quer pela necessidade da exteriorização desta luta, com vistas à conquista do poder (voto). A mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com os partidos políticos como agentes por excelência, pode se reproduzir no seio dos partidos, em cada um de seus grupos, como seria o caso da fração ferrarista em relação ao PTB. As divisões colocadas em concorrência pelo poder naquele setor do campo – o partido em questão – seriam contrabalançadas “em diferentes graus, pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidas podem mobilizar fora do campo” (BOURDIEU, 1989: 183). O que, no caso aqui investigado, teve seu momento chave de disputa nas eleições para vice-presidente em 1960, quando o conjunto de ideias políticas foi apresentado aos cidadãos externos ao campo. É necessário salientar, pois, a importância atribuída por Bourdieu a esse processo. Para o autor, a “simples ‘corrente de ideias’, não se torna um movimento político senão quando as ideias são reconhecidas no exterior do círculo dos ‘profissionais’” (BOURDIEU, 1989: 183). Chegamos, pois, à nossa quarta e última questão de pesquisa: de que forma a fração ferrarista buscou demarcar suas posições político-ideológicas no pleito de 1960?

Na luta intrapartidária do PTB, dentre as divergências, estava a oposição dos que procuravam aumentar a força do partido – o grupo majoritário liderado por Goulart – aos que denunciavam os compromissos necessários a esse aumento de forças em detrimento da sua originalidade – o grupo ferrarista. Para esse, era necessário resgatar as ideias trabalhistas de Alberto Pasqualini, as quais, em sua opinião, estavam sendo desvirtuadas pelas alianças políticas de seu partido com os setores conservadores e por objetivos meramente eleitorais. O trabalhismo pasqualinista seria, por exemplo, uma *ideia-força* capaz de gerar uma mobilização exterior ao campo. As ideias-força, para o sociólogo, “têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro” (BOURDIEU, 1989: 186). *Autêntica* ou não, a renovação no trabalhismo que propunha Ferrari seria um importante recurso do qual esse agente lançaria mão para conquistar dividendos políticos naquele contexto.

Com relação à metodologia e fontes, utilizamos um periódico de grande circulação, que veicula notícias dos diversos partidos políticos. No entanto, conforme

grupos de opinião e/ou ideológicos desinteressados, cuja principal razão de ser está na promoção de ideias e ideais. A forma extrema dessas frações é o grupo de testemunho, que defende uma mensagem de valor e meta (SARTORI, 1982: 100).

ressalta Cláudio Elmir (1995), ao utilizarmos a imprensa como fonte, um conjunto de precauções devem ser tomadas. É importante, por exemplo, pensar que suas informações estão deslocadas no tempo e no espaço, que há uma defasagem entre o tempo de produção e o tempo de leitura, e, ainda “que não existe uma rigidez estrutural nos discursos que se elabora sobre o social” (ELMIR, 1995: 23).

A leitura dessa fonte não pode ser “tranquila”. Diferentemente, deve ser minuciosa, exaustiva, intensiva. É essencial também levarmos em conta a regularidade, tendo acesso a uma série de discursos para observar sua repetição/regularidade ou, ao contrário, sua inconstância /ocasionalidade e distinguir aquilo que é significativo para o nosso objeto daquilo que é fortuito e casual. Para Elmir (1995: 23), “em pesquisa com jornal, análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.

A pesquisa proposta foi realizada dia a dia no jornal *Correio do Povo*, entre maio de 1959 e outubro de 1960.¹¹ Para a análise das informações, o conteúdo do jornal foi dividido em dois grupos:

a) As *notícias* relacionadas à política estadual e nacional serão utilizadas para compor o quadro factual da cisão. Encontram-se, sobretudo em uma seção denominada *Panorama Político*, composta dos principais acontecimentos políticos e localizada, geralmente, na página 07. Também aparecem diariamente na contracapa, já que a capa era reservada para os acontecimentos da política internacional.

b) Os *a pedidos*, publicações pagas pelas siglas aos veículos de imprensa, se avolumam com a proximidade das eleições de outubro de 1960. Serão utilizados, sobretudo, para analisar as tomadas de posição político-ideológicas dos candidatos, e a forma como elas são divulgadas ao público através da imprensa escrita.¹²

“A imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica” (ELMIR, 1995: 25). Portanto, além de textos teóricos, e da bibliografia sobre o tema, serão utilizadas outras fontes que possam ajudar a responder o problema de pesquisa proposto.¹³ O livro editado por Ferrari para ser vendido durante a campanha à Vice-

¹¹ Nesse período, era publicado de terça-feira a domingo.

¹² O *Correio do Povo* não é objeto de nossa pesquisa. Por isso, seus editoriais e artigos de seus colonistas não serão utilizados, a não ser para complementarem as *notícias* e/ou dos *a pedidos*. Sobre a relação do jornal com os candidatos, cumpre mencionar que, no período pesquisado tanto Ferrari quanto Brizola visitaram a redação do jornal, o que pode ser um indicativo de que havia uma boa relação entre os representantes de MTR e PTB com o jornal.

¹³ Não tomamos conhecimento da existência de um arquivo sobre o MTR e a documentação pessoal de Fernando Ferrari foi cedida ao CPDOC/FGV e encontra-se em processo de catalogação.

Presidência da República em 1960 oferece uma síntese de suas propostas de governo.¹⁴ O livro publicado após esse pleito, por seu turno, contém artigos sobre momentos da campanha, entrevistas e discursos e aborda o acontecimento a partir da memória de um dos seus protagonistas, ou seja, o próprio Fernando Ferrari.¹⁵ Foram consultados também materiais de divulgação¹⁶: panfletos e um livreto da Campanha das “Mãos Limpas”.¹⁷

Por fim, cumpre expor de que maneira o trabalho se apresenta. Está dividido em dois capítulos. No primeiro, *Que buscamos senhor presidente? a cisão da fração ferrarista*, teremos como pano de fundo a XI Convenção do PTB, instalada em 1º de maio de 1959, quando um grupo ligado a Fernando Ferrari tenta lançar seu nome para a candidatura à Vice-Presidência da República mas não tem o respaldo do grupo majoritário. Mostraremos os antecedentes relacionados a tal fato e faremos uma revisão bibliográfica sobre a cisão ferrarista. Por fim, apresentaremos nossa reflexão acerca das questões 1 a 3, anunciadas nesta introdução, e uma breve descrição dos acontecimentos ocorridos desde o final da referida Convenção até o lançamento da candidatura de Ferrari.

No segundo capítulo *Trabalhismo x trabalhismo: capítulos de uma campanha*, abordaremos a oposição feita por Ferrari ao PTB nas eleições municipais de Porto Alegre – quando apoiou o candidato Loureiro da Silva, do PDC. Em seguida, nos concentramos nas eleições para a Vice-Presidência da República de 1960, momento em que Ferrari, candidato pelo PDC (mas ainda filiado ao PTB), enfrenta Goulart, candidato petebista. Além do quadro factual da eleição, buscaremos responder à quarta questão da pesquisa, caracterizando as *ideias-força* de que Ferrari lançou mão naquele pleito, visando se legitimar ante o candidato petebista.

¹⁴ FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

¹⁵ FERRARI, Fernando. *Minha Campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

¹⁶ Tanto os periódicos quanto o material de campanha encontram-se, respectivamente, no acervo de imprensa e no acervo de publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

¹⁷ “Mãos Limpas” foi o *slogan* adotado na campanha de Fernando Ferrari. Deveria congregar “todos os que fossem honestos”, aludindo ao seu combate à corrupção.

1. QUE BUSCAMOS SENHOR PRESIDENTE? A CISÃO DA FRAÇÃO FERRARISTA

1.1. A convenção

Senhores convencionais
Trabalhadores brasileiros

Não é outro espírito que nos reúne nesta memorável convenção, senão o de uma tomada de consciência dos problemas brasileiros e do aparelhamento de nosso partido, no sentido de melhor concorrer para as suas soluções (...) No instante em que outras forças políticas procuram um homem providencial, o Partido Trabalhista se recusa a amesquinhar sua legenda na estreiteza de personalismos suspeitos (...) Não dividiremos a Nação em torno de nomes, nem a ambição pessoal mutilará, no Partido dos Trabalhadores a grande causa do povo e da bandeira de Getúlio Vargas. Esperamos e confiamos que nossos bravos aliados de hoje, caminhem ao nosso lado, unindo aos nossos, os seus ideais de um Brasil melhor e mais feliz.¹⁸

Em primeiro de maio de 1959 instalou-se, no Rio de Janeiro, a XI Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. O evento, repleto de comícios e festividades, foi uma demonstração de vigor partidário. No teatro João Caetano, João Goulart comandou pessoalmente os trabalhos, num esforço concentrado para conter o grupo ferrarista (D'ARAÚJO, 1996: 126). Em seu discurso de abertura, reafirmava o compromisso do PTB com o nacionalismo, criticando a pressão de capitais estrangeiros sobre a economia Brasileira, e defendendo as reformas de base. Naquele dia do trabalhador, homenageou a memória de Getúlio Vargas e a implementação da legislação social. No entanto, dizia Goulart, Vargas não pôde completar sua obra, e o PTB está aqui para fazê-lo.¹⁹ Por isso, atentava para a necessidade de união dos trabalhistas, como é possível observar na fala reproduzida acima.

Naquela ocasião houve a aprovação do Plano de Ação Política do PTB, elaborado em sua maior parte pelo deputado Fernando Ferrari. Tratava-se de um roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes e parlamentares petebistas com relação a possíveis articulações do PTB com outros partidos. Dentre as medidas

¹⁸ Trechos do discurso de abertura da XI Convenção Nacional do Partido trabalhista Brasileiro proferido por João Goulart. *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 30.

¹⁹ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 30 e 52.

estavam a extensão de votos aos analfabetos e a todas as classes sociais, reforma agrária, irrestrito apoio à Petrobras e imediata aprovação da Eletrobrás e luta em favor da Operação Nordeste (D'ARAÚJO, 1996: 126-127).

A Convenção Nacional do PTB deliberou ainda pela indicação de João Goulart para a Presidência da República, e deixou em aberto a vaga para vice-presidente em sua chapa, visando à formação de uma aliança eleitoral. Porém, aqueles primeiros dias de maio ficariam na memória dos petebistas não apenas pela grande convenção, mas também pelo crescimento da campanha em prol da candidatura de Fernando Ferrari para a Vice-Presidência da República, após o lançamento de um manifesto assinado por cerca de duzentos estudantes de Santa Maria (LEMOS, 2001: 2152). Dizia o documento:

(...) Aqui fica nosso dramático apelo ao Partido Trabalhista Brasileiro, através de seu honrado presidente, doutor João Goulart, muito digno Vice-Presidente da República, e ao seu dinâmico governador do Estado, engenheiro Leonel de Moura Brizola, no sentido de que o Deputado Ferrari seja lançado oficialmente pelo partido do saudoso Getúlio Vargas como imposição do povo e da nova geração, vanguardeira dessa cruzada redentora que quer Ferrari, a bem do Rio Grande e do Brasil, como Vice-Presidente da República (...).²⁰

Aludido por Ferrari (1961: 30) como uma “original página de idealismo”, o manifesto julgava que aquela candidatura seria redentora “de uma Pátria à beira do túmulo da desintegração sócio-política, fabricando descontentes e operando a revolução da fome”. Descrevia o candidato como “apóstolo das virtudes trabalhistas, paladino das virtudes cristãs do nacionalismo puro”, sendo o único capaz de equacionar, com as “mãos limpas”, os problemas nacionais, dentro da tradição cristã, da fé nacionalista, sem impurezas e mistificações.²¹ Virtudes trabalhistas, nacionalismo puro, cristianismo e combate à corrupção – elementos que viriam a ser fortemente veiculados em sua campanha eleitoral – já estavam presentes no documento.

De acordo com Maria Celina D'Araújo (1996), após a convenção de maio, o partido conseguiu acentuar sua posição ideológica, mas Fernando Ferrari, então líder da bancada petebista na Câmara e o mais importante oponente de Jango, fracassou em sua tentativa de barrar o personalismo janguista. A rigor, começava aqui seu afastamento do partido, que culminaria com sua expulsão em 1960, junto com outros petebistas que não

²⁰ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 07.

²¹ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 07.

apoiaram Goulart. Examinemos alguns antecedentes, que nos ajudam na elucidação desses eventos.

1.2. Sobre Fernando Ferrari

Nesta seção, serão abordados alguns aspectos da trajetória de Ferrari, a qual dividimos em três partes. *O jovem de formação católica e o ingresso na política* aborda desde sua juventude até eleição para Deputado Estadual. *O seguidor de Pasqualini* trata do pensamento político deste teórico, ressaltando sua influência na atuação de Ferrari. Esta, por sua vez, será tema de *O parlamentar comprometido com os ideais trabalhistas*.

1.2.1. O jovem de formação católica e o ingresso na política

Ferrari nasceu em 21 de junho de 1921. Seus pais, descendentes de imigrantes oriundos da Península Itálica, eram agricultores e comerciantes na cidade de São Pedro do Sul. Aos 12 anos, deixou sua terra natal e foi encaminhado para o internato dos irmãos Maristas, em Santa Maria, onde completou o ginásio. Nessa cidade, serviu como soldado e, em 1941, formou-se contador, sendo o orador da turma. No começo de 1942, mudou-se para Porto Alegre, onde estudou na faculdade de Ciências Políticas e Econômicas instalada no Colégio Rosário que, posteriormente, originaria a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi então que Ferrari aproximou-se do mundo da política (WAGNER; PEREIRA, 1985).

Em 1945, já formado, e contador do Banco da Província, aceitou o convite para transferir-se ao Rio de Janeiro e trabalhar no SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). Na capital do país, ao constatar uma fraude na contabilidade deste órgão, denunciou-a publicamente, através da imprensa e do envio de uma carta ao presidente da República, Getúlio Vargas, acusando o diretor do Serviço, José Evangelista (WAGNER; PEREIRA, 1985). Nas entrevistas concedidas na capital federal, começava a delinear-se a imagem pública de Ferrari: “um jovem economista de

24 anos, moralista e agressivo em suas denúncias contra a corrupção, em defesa do povo e aludindo os postulados cristãos” (WAGNER; PEREIRA, 1985: 18).

Pediu demissão do cargo, e retornou desempregado, mas com fama, a Porto Alegre. Seu amigo, ex-colega de faculdade e de centro acadêmico, Walter Albrecht, o esperava com uma ficha de filiação a um novo partido que estava em formação: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A atitude de Ferrari ante o incidente do Rio de Janeiro já lhe dava condições de ser candidato a deputado no Rio Grande do Sul. Logrou vitória, sendo eleito para a Assembleia Constituinte de 1947. Na Constituinte, atuou como relator da Comissão de Ordem Econômica e Social, sendo orientado por Alberto Pasqualini, de quem se tornaria discípulo (WAGNER; PEREIRA, 1985).

1.2.2. O seguidor de Pasqualini

Alberto Pasqualini teve papel fundamental na carreira política de Ferrari. De acordo com Luiz Alberto Grijó (2007), aquele político era tido como um dos poucos membros do PTB a elaborar e difundir princípios teóricos do trabalhismo. Para compreender a atuação político-partidária e a produção teórica de Pasqualini, Grijó (2007: 91) aponta duas influências de sua trajetória social que o marcaram profundamente: “sua origem relacionada ao mundo colonial italiano e, em função mesmo disso, sua formação cultural e escolar pautada pela presença dos valores pregados por religiosos vinculados à Igreja Católica”.²²

Assim, as ideias e a atuação político-partidárias de Pasqualini devem, pois, ser situadas a partir de um conjunto de influências e referenciais do catolicismo, aliados a uma predisposição de origem social (GRIJÓ, 2007). Segundo Grijó:

²² De acordo com Grijó (2007), por suas origens sociais e familiares, Pasqualini teria sido fortemente influenciado por clérigos e pelo catolicismo, o que certamente pesou na opção de estudar em um seminário de sacerdotes. O autor salienta ainda o tipo de catolicismo intelectualizado e elitizado desenvolvido nos estabelecimentos controlados por padres jesuítas, onde Pasqualini estudara. Trata-se do que Coradini chama de “comunitarismo orgânico”, a “matriz geral básica” que norteava os conteúdos da formação católica de então e que pode ser associada ao projeto católico jesuítico (CORADINI, 2003 *apud* GRIJÓ, 2007). “Tal projeto visava explicitamente, por meio da disciplina e de uma formação escolar elitista e orientada em termos filosóficos e teológicos para os valores humanistas cristãos derivados do neotomismo, influenciar decisivamente a formação cultural daqueles que se tornariam parte da elite socioeconômica, cultural e político-partidária do Rio Grande do Sul” (GRIJÓ, 2007: 92). Para compreender a produção político-ideológica de Pasqualini, é necessário, pois, partir da matriz comum do *comunitarismo orgânico* que, com este teórico, tomou uma vertente cujas bases podem ser encontradas na chamada “doutrina social da Igreja” (GRIJÓ, 2007: 93).

Pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava com seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, “cultura geral” e direito (GRIJÓ, 2007: 94).

O trabalhismo de Alberto Pasqualini era concebido como “profundamente humano” e “essencialmente cristão”, em acordo com o que pregava a doutrina social da Igreja. Trabalhismo e capitalismo solidarista eram, para ele, expressões equivalentes e contrárias tanto à socialização dos meios de produção, quanto ao capitalismo como “instrumento produtor de lucro” (PASQUALINI, 1994 *apud* GRIJÓ, 2007: 95).

O capitalismo deveria ser um “meio de expansão econômica e de bem estar coletivo”. Para isso, era necessário que “as relações entre capital e trabalho fossem reguladas por uma legislação justa que levasse em conta o esforço e a cooperação”. (PASQUALINI, 1994 *apud* GRIJÓ, 2007: 95-96). A justiça social não seria alcançada pelo conflito entre classes, nem pelo embate ideológico, mas pela conversão dos “capitalistas” aos princípios do “solidarismo”. O Estado faria o papel de distribuidor, empregando os tributos recebidos em obras e empreendimentos de necessidade pública e concessão de crédito facilitado àqueles que necessitassem, como, por exemplo, os pequenos produtores rurais. Pasqualini também defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural (GRIJÓ, 2007: 96).

Foi partindo desses pressupostos e também das “posições tomadas pelo seu partido no jogo político de então” que o senador eleito em 1950 pelo Rio Grande do Sul passou a apoiar as proposições de cunho “nacionalista” e as “reformas” preconizadas pelo PTB. Foi, por exemplo, o relator do projeto que criou a Petrobras e se posicionou contra o acordo militar entre Brasil e EUA (GRIJÓ, 2007).

Fernando Ferrari elegeu-se para a Câmara Federal no mesmo ano em que Pasqualini tornou-se Senador. Seguidor declarado de suas ideias, Ferrari apoiaria as iniciativas de Pasqualini e buscava vincular-se ao grupo dos doutrinários do PTB, o que pode ser observado em sua atuação parlamentar. Passemos a ela.

1.2.3. O parlamentar comprometido com os ideais trabalhistas

Ferrari reelegeu-se deputado federal em 1954, quando foi escolhido vice-líder do PTB na Câmara. Em 1955, ingressou na Liga de Emancipação Nacional (LEN), uma sociedade civil fundada no Rio de Janeiro que objetivava defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento autônomo do Brasil. Essa sociedade seria fechada em 1956 devido à acusação de infiltração comunista (LEMOS, 2001: 2151).

Para além do fortalecimento das suas posições nacionalistas, a legislatura de 1955/58 é caracterizada pelo acirramento da luta interna de Ferrari com seu partido. Já em 1955, iniciadas as articulações para a eleição presidencial daquele ano, o PTB havia recebido uma proposta de aliança com o Partido Social Democrático (PSD). Quando a convenção petebista se reuniu, Ferrari e Lúcio Bittencourt garantiram nela uma decisão de só firmar qualquer acordo eleitoral com outra agremiação sobre bases programáticas comuns.²³ O governo deveria comprometer-se com a execução de um programa mínimo de cunho trabalhista.²⁴ Tal programa foi aceito pelo PSD, mas em sua maior parte não foi cumprido. Mesmo assim, o PTB firmava seu papel de partido programático e podia partir para uma aliança eleitoral entre Jango (PTB) e Juscelino (PSD). Ambos foram eleitos no pleito de 1955 (D'ARAÚJO, 1996).

Segundo D'Araújo (1996: 108), “a partir dessa eleição, o PTB se firmava como partido nacional e auxiliar do governo, mas ficava cada vez mais evidente o distanciamento entre os métodos da direção e os objetivos de grande parte de sua bancada”. Apesar das divergências entre Ferrari e a “cúpula” do partido, ele foi

²³ Segundo Ferrari, foi após muitos debates e relutância que a Convenção concordou em aceitar o programa, pois a principal preocupação dos seus líderes era a obtenção de cargos no governo. Nas suas palavras: “Enquanto a Convenção esfacelava-se procurando uma base ideológica para o acordo, o presidente do PTB [João Goulart], com outros arautos, notadamente o Sr. Ruy Ramos, pregava abertamente a Candidatura de Kubitschek, *última salvação para o Partido* porque do mesmo já recebera uma carta, com firma reconhecida, assegurando-lhe o preenchimento de todos os cargos federais do Rio Grande do Sul e a *entrega* do Ministério do Trabalho, com toda a máquina da previdência e do Ministério da Agricultura” (FERRARI, 1961: 06-07).

²⁴ Maria Celina D'Araújo (1996: 107-108) descreve o programa, elaborado por Ferrari, Pasqualini e outros “doutrinários”, que contemplava os seguintes pontos: “defesa das liberdades, garantia ao trabalho e combate aos *trusts*; guerra à inflação e reforma agrária; reforma eleitoral e restabelecimento dos tiros de guerra nos municípios rurais; estímulo à educação e à cultura do povo; defesa da saúde e da medicina pública; viação e obras públicas contra a seca e amparo e proteção à indústria nacional”. A íntegra do programa pode ser consultada no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961: 21-25).

favorável à aliança PSD/PTB e, no mesmo ano da reeleição de Jango à Vice-Presidência, tornou-se líder da bancada petebista na Câmara.²⁵

Em novembro de 1955, apoiou o movimento que visava barrar uma conspiração preparada por setores do governo e assegurar a posse do presidente e do vice. Em 1956, liderou a formação de uma frente parlamentar, que defendia um programa nacionalista e popular e apoiava o governo JK (LEMOS, 2001). De acordo com Lucilia Delgado (1989), A “Frente Parlamentar Nacionalista”, na qual o PTB era o partido majoritário (integravam-na 31 pessepistas, 21 republicanos e 63 trabalhistas), foi formada não apenas a partir de parlamentares ao nível do Congresso Nacional, mas também por outras organizações de caráter nacionalista. Sua origem estava ligada à Liga de Emancipação Nacional, da qual Ferrari também participara. Para a autora, a atuação da Frente Parlamentar Nacionalista teria contribuído para acirrar o confronto ideológico direto entre grupos de direita e de esquerda, não só no âmbito da sociedade civil, mas também internamente no Congresso Nacional.

Para o PTB, segundo D’Araújo (1996), foi nesse contexto que aumentaram as pressões para que o partido definisse seu programa ideológico e se desvinculasse do personalismo que lhe era característico. Nas palavras de Ferrari, “foi nessa fase que repontou o princípio doutrinário de Alberto Pasqualini, que durante anos a fio escrevera e pregara sobre trabalhismo no Rio Grande do Sul”. Com a morte de Vargas, líder incontestado do partido, abria-se o caminho para as reformulações estatutárias. No entanto, Jango buscava capitalizar de forma “personalista” e “caudilhesca” a herança varguista. Mas, argumentava Ferrari: “faltava ao presidente do PTB o mínimo de condições que Getúlio ostentava ao máximo” (FERRARI, 1961: 07).

Buscando enfraquecer o poder de Goulart, Ferrari redigiu um manifesto, reivindicando a democratização da organização partidária, a definição de sua opção ideológica e uma atuação mais efetiva juntos aos trabalhadores do campo e das cidades. Tal manifesto resultou em fortes pressões no interior do partido. Por isso, em fevereiro de 1947, renunciou à liderança da bancada através do documento intitulado “Sentido de uma mensagem”.

²⁵ É importante mencionar que Ferrari assumiu a liderança em substituição a Vieira Lins, um dos parlamentares expulsos por não apoiar a aliança PTB/PSD e/ou ter se comprometido com outros partidos. Dentre os afastados do partido estavam José Diogo Brochado da Rocha e Lúcio Bittencourt, que faleceu antes da consumação de sua expulsão. Tais expulsões foram justificadas pela manutenção da unidade do PTB em torno do getulismo e da disciplina partidária (D’ARAÚJO, 1996: 109-111).

Nele, o deputado dizia ter se alistado no PTB em 1945, sendo “praticamente um de seus fundadores”, por ver nessa agremiação o grande depositário dos ideais mais caros de sua mocidade. Há dois anos tornara-se líder da bancada, que teve destacada atuação “patrocinando leis para a classe operária e média”. No campo econômico e financeiro, iniciou o grande debate em favor do amparo efetivo ao homem do campo, sem dúvida o mais importante passo para a execução da reforma agrária (FERRARI, 1961: 09-13).

Consolidada a posição da Bancada na Câmara, assentadas definitivamente as suas posições, procurou torná-la influente nos destinos do partido, fazendo sentir aos dirigentes da agremiação, principalmente ao seu ilustre presidente, “que esta já superara a fase meramente eleitoral dos *meetings* e do proselitismo”. Para Ferrari, era chegado o momento de cuidar das suas definições ideológicas, de assentar princípios que norteassem a sua política, de dar-lhes estrutura técnica. “Com efeito, ganhar eleições, apenas, não poderia constituir objetivo de um partido que se devote com honestidade ao bem público” (FERRARI, 1961: 13).

Com relação à ocupação dos cargos públicos entregues ao partido, nem sempre prevalecia o critério da indicação dos mais capazes ou dos mais probos. Argumentava que havia em certos setores da agremiação – os que julgavam ser os “donos da carta testamento de Vargas” – um medo enorme ao arejamento das ideias, ao afluxo de novas correntes, ao trabalho das equipes. Diante desses problemas, a bancada teria redobrado suas atividades, “traçando-se um rumo ideológico inabalável” (FERRARI, 1961: 15-16).

Ferrari (1961: 17-18) ressalta também a pressão da Frente Parlamentar Nacionalista para a concretização dos pontos mínimos do acordo programático que foi realizado com o PSD. Mas critica a “injustificável indiferença” com que o referido bloco foi encarado por certos setores do PTB. Com isso, voltaria o PTB à sua posição de isolamento, sem força para executar os compromissos que assumiu com o povo e com a classe trabalhadora. Reclama ainda a fixação de diretrizes para a política internacional. Por fim, expõe os motivos de seu afastamento:

Mas eis que a unidade e o prestígio da Bancada, do seu trabalho e da sua atuação destacada, em todos os setores da sua competência, não poderiam permanecer ilesos em meio à displicência que lavra por outros setores partidários. Essas lideranças estavam tentando miná-la em sua unidade, objetivando, nessa luta absurda, mais atingir o líder do que satisfazer qualquer ideal mais elevado (...) Divergir não é odiar, não é agredir, não é subverter. É ter convicção própria, ideias

próprias e procurar um rumo melhor, é querer acertar em benefício do povo (...) Deixo meu posto, mas nunca a disposição de lutar pelo meu partido (FERRARI, 1963: 18-19).

Em suma, essas eram as principais críticas dirigidas por Ferrari aos líderes de seu partido, principalmente Jango e, em âmbito regional, Brizola, a quem denominava “seu cunhado *factotun* da executiva gaúcha” (FERRARI, 1961: 09). Apesar de não ser citada por Ferrari como motivação para a renúncia, é importante atentarmos ao apontamento de D’Araújo no que se refere às disputas regionais. No Rio Grande do Sul, quando das articulações para a eleição estadual, Leonel Brizola opôs-se à candidatura de Loureiro da Silva, apoiada por Ferrari, e buscou até mesmo apoio dos integralistas para a eleição ao governo do Estado. Segundo a autora, foi nessa ocasião que Ferrari renunciou à liderança na Câmara e “converteu-se no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo do partido (Goulart e Brizola), exigindo definições programáticas” (D’ARAÚJO, 1996: 118).

Para esta autora, as pressões antijanguistas no partido forçaram o PTB a se posicionar em termos programáticos e acabaram favorecendo a posição dos dirigentes. Isto se deu graças a seus quadros mais rebeldes, liderados por Ferrari, que faziam da questão doutrinária o alvo de seus ataques. Assim, o PTB ia ganhando visibilidade como partido de ideias. Se, por um lado, permanecia sendo um partido de governo, ao juntamente com JK; por outro, tinha na sua bancada uma atuação intensa e agitada em favor da Petrobrás, da criação da Eletrobrás, e iniciava uma trajetória marcante na defesa dos direitos sociais (D’ARAÚJO, 1996: 114).

Em março de 1958, após disputada eleição, Ferrari foi reconduzido à liderança da bancada trabalhista na Câmara. Apesar sua “pregação trabalhista” não ter obtido êxito em barrar a força janguista dentro do partido, o mesmo não se pode dizer dos dividendos eleitorais conquistados no pleito para o legislativo de 1958, quando Ferrari obteve a maior votação de um candidato a deputado em todo o país, com 160 mil votos (WAGNER; PEREIRA, 1985: 27). Mas Brizola, seu principal opositor regional, foi eleito governador do Rio Grande do Sul.

No ano de 1959, com a preparação para as eleições do ano seguinte, formou-se no Rio Grande do Sul uma corrente de opinião favorável à candidatura de Ferrari à Vice-Presidência. A partir daí, o deputado tentaria alçar vôos mais altos, incompatíveis com o partido “de Jango”. A união em torno da “causa do povo e da bandeira de Getúlio Vargas” e a não divisão da Nação “em torno de nomes”, pedidos do presidente do PTB

na convenção de maio daquele ano, não seriam capazes de impedir o “grande cisma do PTB”, comandado por Ferrari.

1.3. Sobre a Cisão Ferrarista

Segundo Suely Bastos (1981: 115), a Cisão Ferrarista revelou a existência de um caso atípico, já que as demais dissidências do período (a Ala Jovem do PSD e a UDN Bossa Nova, por exemplo) eram “correntes partidárias internas organizadas com o objetivo de cristalizar-se dentro dos seus partidos e tomar seus postos de comando”. Assim, a renovação pessoal dos comandos, a “releitura” contextual dos conteúdos programáticos – sejam ou não fachada de interesses personalistas, não importa – “foram questões resolvidas pelo choque interno das forças envolvidas, cujo fortalecimento ou não passava pela magnitude de seu apoio eleitoral”, o que não ocorreu com o grupo ferrarista, que acabou criando um novo partido. Alguns apontamentos sobre a anatomia interna do partido – ancorados na proposta de Giovanni Sartori – ajudam-nos a compreender o caráter desta cisão.

O primeiro ponto diz respeito ao que Lucilia Delgado (2001) assinala como “tendências” do PTB. Segundo a autora, ao longo de sua história, o PTB registrou a existência de tendências ideológicas, políticas e de facções que, em alguns momentos, confrontaram-se e, em outros, articularam-se. Foram três as principais.

A primeira delas, denominada *getulista pragmática*, constituía-se de burocratas vinculados à estrutura do Estado, através do Ministério do Trabalho. Sua hegemonia no partido vai desde os seus primeiros anos até o suicídio de Getúlio Vargas. As principais propostas de acordo com Delgado, poderiam ser sintetizadas em dois lemas: cultivar o carisma de Vargas como instrumento de mobilização política e social, e, com uma ação pragmática, lutar pela manutenção da legislação trabalhista por ele implementada. Possuíam dois suportes de atuação. Um de natureza ideológica, a doutrina do trabalhismo inglês, que traduzia em eficácia social e “neutralidade” o fisiologismo e o corporativismo do PTB nos seus primeiros anos. E outro de natureza organizativa, que buscava no Ministério do Trabalho e em suas ramificações sindicais e previdenciárias o alicerce para a estruturação partidária (DELGADO, 2001). Foram

exponentes desta tendência, por exemplo, Agamenon Magalhães e Alexandre Marcondes Filho (DELGADO, 1989: 60).

Os anos iniciais do trabalhismo petebista, marcados pela atuação dos getulistas pragmáticos, segundo a autora, foram fundamentais para impulsionar um projeto trabalhista, que ainda se confundia, naquela conjuntura, com o getulismo e com o paternalismo e pragmatismo que lhe eram peculiares. Pautas importantes se gestaram naquele momento, a destacar o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Nos anos subsequentes à morte de Vargas, novas lideranças surgiram, rompendo com o domínio exclusivo do pragmatismo getulista, mantendo e atualizando as concepções nacionalistas e desenvolvimentistas. Tais lideranças podem ser situadas em duas outras tendências, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas* (DELGADO: 2001).

Os *doutrinários trabalhistas*, intelectuais orgânicos do petebismo, inscreviam-se em uma orientação trabalhista socializante, propugnando uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência na agremiação começou por volta de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Santiago Dantas e Sérgio Magalhães. Seus fundamentos básicos foram: trabalhismo como etapa para o reformismo social, inclusive para adoção de uma reforma agrária profunda; manutenção da propriedade privada e do capitalismo, buscando um fundamento social para ambos; organização autônoma dos trabalhadores em torno de uma ampla reforma social; difusão dos princípios trabalhistas junto à população brasileira, através do Partido Trabalhista Brasileiro e de organizações da sociedade civil, e adoção permanente de políticas nacionalistas independentes de personalismos conjunturais e da orientação subjetiva de políticos que ocupem conjunturalmente cargos públicos (DELGADO, 2001: 188).

A análise das proposições dos doutrinários remonta especialmente a Alberto Pasqualini, caracterizado na seção anterior. Seu pensamento influenciou uma ala expressiva do PTB. Tal grupo enfatizava a necessidade dos trabalhistas proporem soluções criativas para a questão social. Também criticava o excesso de personalismo da agremiação e os constantes acordos eleitoreiros feitos pelos getulistas pragmáticos. Segundo Delgado (2001), o conflito partidário entre as duas linhas perdurou até o suicídio de Vargas, e com a expansão das proposições nacionalistas e reformistas que se deu a partir dos anos 1950. Foi quando uma nova geração de tendência *pragmática*

reformista buscou implementar uma solução de consenso que abrigasse contribuições tanto dos *getulistas pragmáticos* quanto dos *doutrinários trabalhistas*.

Os *pragmáticos reformistas* procuraram amalgamar em sua prática político-partidária características dos *getulistas pragmáticos* e da tendência *doutrinária*. Segundo a autora, foi na junção entre o discurso dos *doutrinários* e a prática dos *getulistas* que se estabeleceu a dinâmica que fez com que o PTB ganhasse visibilidade e possibilidade de implementação (DELGADO, 2001).

A atuação de João Goulart pode ser vista como paradigma desse grupo, pois soube incorporar preocupações relacionadas à justiça e à solidariedade social, além de princípios nacionalistas. A isso aliou sua prática político-partidária, desde a ocupação de cargos no Rio Grande do Sul, até sua passagem pelo Ministério do Trabalho, quando tomou medidas de caráter distributivista que incorporaram, entre outros pontos, aumentos salariais – caso exemplar foi o aumento de 100% no salário mínimo, proposto quando era Ministro do Trabalho – e a criação de condições para a implementação de uma reforma previdenciária. Quando presidente, também buscou viabilizar a agenda reformista (DELGADO, 2001).

Ferrari é apontado por Delgado (2001: 187) como integrante dos *doutrinários trabalhistas*. Segundo a autora, essa tendência jamais foi dominante dentro do PTB, e grande parte das suas proposições seriam absorvidas pelos *pragmáticos reformistas*, o que fortaleceu o partido. Mas Ferrari, e outros petebistas, seriam vozes dissonantes nesse processo, e buscariam acentuar as divergências entre as duas tendências. Quais seriam as motivações para isso?

Com relação à dimensão motivacional, Sartori (1982) propõe uma divisão entre facção (grupo orientado para o poder e/ou para cargos e proventos) e fração de princípio (interessado na promoção de ideias e ideais). Enquanto a primeira move-se pelas recompensas concretas, a segunda é, acima de tudo, um grupo “promocional”.

A principal dificuldade a propósito desta dimensão é o que Sartori chama de “camuflagem”. Uma facção de interesse jamais se declara como grupo orientado apenas para o poder ou afirma que está buscando cargos e emolumentos. Pode se disfarçar sobre a bandeira da eficiência ou do realismo técnico, ou ainda em “roupagens ideológicas”. Seria este o caso da fração ferrarista? Observemos o que alguns autores afirmam sobre o tema.

Com relação à atuação e personalidade política de Ferrari Delgado ressalta a divergência de análises na historiografia:

Uns reconhecem Ferrari como um trabalhista autêntico, de fato preocupado com a definição doutrinária e prática do que seria o trabalhismo e com uma efetiva organização dos trabalhadores. Outros viam nele não mais do que um dos muitos políticos do PTB presos a conflitos regionais. Ferrari, segundo essas interpretações, não fez mais do que se envolver em conflitos regionais com uma aparente roupagem programático-doutrinária (DELGADO, 1989: 213).

Tomas Skidmore (1975: 262) é um dos que consideram que Ferrari foi um dos mais ativos defensores do trabalhismo autêntico no seio do PTB e que, devido ao bloqueio em suas iniciativas verdadeiramente trabalhistas, “acabaria por se envolver em uma bem-intencionada e importante tentativa de fundar um movimento trabalhista-reformista”.

Situado em um estudo mais abrangente sobre cisões partidárias no Rio Grande do Sul, Bastos faz uma reflexão acerca das circunstâncias que teriam originado o MTR. Nas suas palavras,

Esta sumária descrição das circunstâncias que originaram o MTR não tem por objetivo introduzir uma monografia de partido, mas a discussão de um caso específico de cisão partidária. Nosso argumento básico quanto às razões da cisão do MTR com o PTB consiste em que ela se dá frente ao progressivo fortalecimento da ala brizolista dentro do partido e que o fulcro, tanto do brizolismo quanto da cisão interna desencadeada por Ferrari, é a regionalização decisória do PTB bem como sua experiência de governo estadual (BASTOS, 1981: 116).

Para Bastos, Ferrari se opunha, sobretudo, à política mobilizatória que Leonel Brizola vinha promovendo como governador do Rio Grande do Sul, aliando-se cada vez mais ao Partido Comunista. Ferrari teria, de acordo com a autora, uma posição mais conservadora, considerando que as soluções sociais deveriam dar-se pelo caminho do menor conflito com ações “desde cima” realizadas pelo Estado. A política mobilizatória era criticada por Ferrari por estar “fora dos quadros legais” (BASTOS, 1978). Devido a essas divergências, Bastos (1981: 115) considera que o personalismo “não foi o apanágio do MTR”. Com relação a esse último aspecto, D’Araújo desenvolve uma interpretação diferente.

O argumento central para o trabalho de D’Araújo (1996: 16) sobre o Partido Trabalhista Brasileiro é o de que “a atuação de um partido é menos produto de sua ideologia, programa ou base social do que da forma pela qual os conflitos e lutas internas pelo poder são administrados e eventualmente resolvidos”. No tocante ao “grande cisma”, a autora sustenta que “ele exemplificaria um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidades de chefias inadmissível num partido como o PTB”.

O personalismo seria a chave de compreensão desse acontecimento. Perdedor na disputa interna, “Ferrari fundaria o ‘seu’ partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB” (D’ARAÚJO: 128-129).

Para nossa argumentação, retomaremos a divisão do partido em tendências e suas disputas. Como aponta Delgado (2001), houve divergências internas no PTB entre os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*, e esses últimos buscaram uma solução conciliatória aos conflitos. No entanto, algumas das críticas feitas pelos *doutrinários*, como o unipessoalismo decisório e os critérios de ocupação de cargos públicos jamais seriam revistas pelos *pragmáticos*. Outras, como o reformismo, foram adotadas a longo prazo. No contexto em que se desenvolve a cisão, durante o governo JK, a agenda mínima de cunho trabalhista, proposta pelos *doutrinários* para aceitar a aliança PSD/PTB, em grande parte, não havia sido cumprida. E mesmo as disputas com Brizola na esfera estadual, de acordo com Bastos (1978), resultaram de discordâncias quanto à orientação da ação governamental. Além disso, como já foi ressaltado, muitos que desafiaram as posições dos líderes do partido foram expulsos (D’ARAÚJO, 1996), o que relativiza a “solução consenso” que Delgado (2001) atribui aos pragmáticos reformistas.

Deste modo, não podemos considerar o viés ideológico que Ferrari procurou imprimir à cisão somente como uma estratégia para barrar o personalismo janguista, ou para enfraquecer a ala brizolista no Rio Grande Sul. Isso não se justifica apenas por muitas de suas demandas, como as reformas terem sido incorporadas pelo partido, nem por sua efetiva participação na elaboração dos programas partidários, como afirma D’Araújo (1996). Outrossim, foi importante o tencionamento feito através da sua atuação parlamentar – especialmente na Frente Parlamentar Nacionalista – para que os programas já existentes no PTB se transformassem em programa de governo.

Havia, portanto, um interesse na promoção de ideias e ideais promovidos pela fração ferrarista. Igualmente, não se pode negar que essa fração buscou orientar-se para o poder, ensejando o acirramento do confronto com o líder do partido. Para isso, as divergências entre teóricos e pragmáticos, que inicialmente foram contornadas pelos ajustes internos do PTB, foram potencializadas por Ferrari, também para a obtenção de dividendos políticos naquele contexto.²⁶ Os principais pontos dessa diferenciação,

²⁶ Com relação aos primeiros anos do PTB, segundo Miguel Bodea (1992), é comum situar o “ideólogo” Pasqualini em contraposição ao “pragmático” Vargas. No entanto, o autor sugere que eles sejam

utilizada por Ferrari para se legitimar junto ao eleitorado na disputa pela Vice-Presidência de 1960, serão o tema central do próximo capítulo. Mas antes, vejamos alguns detalhes da disputa interna ocorrida do final da Convenção de maio de 1960 até o lançamento da candidatura.

1.4. O lançamento da candidatura

Passada a convenção de maio de 1959, permanecia a indefinição quanto à candidatura de Ferrari à Vice-Presidência. Nesse ínterim, o deputado foi convidado pela executiva municipal de Porto Alegre, na pessoa de João Caruso, para se candidatar a prefeito. Contudo, teria que disputar a vaga com Wilson Vargas, que já estava cotado para ser o postulante petebista ao pleito da capital gaúcha.²⁷

Ferrari recusou a indicação e, em 26 de maio de 1959, comunicou oficialmente ao PTB, através de uma carta enviada ao Rio Grande do Sul em três vias – uma à executiva regional, outra ao governador Leonel Brizola e outra a Wilson Vargas, – que pretendia levar seu nome à Convenção Nacional do partido como candidato à Vice-Presidência. O *Correio do Povo* noticiou o envio da carta e a reproduziu na íntegra, anunciando em sua manchete o “prenúncio de crise no PTB”.²⁸

Na carta, o deputado disse ter meditado e se aconselhado bastante para tomar uma decisão. Primeiramente, ressaltou a importância do partido da condução das Reformas de Base, luta pela qual havia se dedicado desde a juventude. Em seguida, solidarizou-se com a candidatura de Wilson Vargas à prefeitura de Porto Alegre. Por fim, citou os apelos que vem recebendo de todo o Brasil, para se candidatar à Vice-Presidência, afirmando que não poder fugir àquilo que sentia ser “sua missão e seu dever”. Por isso, levaria seu nome à próxima Convenção Nacional do PTB. A partir daquele momento, iniciava sua “Campanha das Mãos Limpas”.²⁹

Passados dois dias do lançamento da campanha, temos o primeiro *a pedido*, feito pelo Centro Cívico Fernando Ferrari na defesa do deputado. Intitulado “Lutar por

encarados como agentes de uma “divisão de tarefas” no interior do partido que antes de se contraporem, compunham uma complementaridade conflitiva”.

²⁷ *Correio do Povo*, 16/05/1959, p. 07.

²⁸ *Correio do Povo*, 17/05/1959, p. 18 e 15. A íntegra da carta também foi reproduzida no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961: 32-35).

²⁹ *Correio do Povo*, 17/05/1959, p. 18 e 15.

Ferrari é lutar é ser um soldado da Campanha das Mãos Limpas!” o manifesto fazia um pedido ao PTB para que acatasse aquela candidatura como um apelo do povo, sem qualquer feição personalista, para que o partido do saudoso Getúlio Vargas fosse cada vez mais um partido do povo e não um partido de grupos.³⁰ O que fez o PTB diante disso?

Em 10 de junho, Ferrari recebeu um ofício, assinado por companheiros de bancada, convidando-o a abandonar a liderança da mesma, cujo exercício estaria em contradição com a sua disposição de concorrer às eleições. Discordando da argumentação apresentada, recusou-se a renunciar, deixando aos deputados petebistas a decisão de destituí-lo do cargo. No dia seguinte, os parlamentares anunciaram sua deposição. O Ferrari relatou ter “recebido o golpe de pé”. Sua luta, a partir daquele momento, se “transferia para as ruas” (FERRARI, 1961: 35-40).

³⁰ *Correio do Povo*, 28/05/1959, p. 03.

2. TRABALHISMO X TRABALHISMO: CAPÍTULOS DE UMA CAMPANHA

2.1. A “Campanha das Mãos Limpas”: do lançamento ao primeiro teste

Vim a Porto Alegre para me definir. Vim para perder ou ganhar com o povo. Vim para incorporar-me ao protesto e à rebeldia de Porto Alegre, contra métodos materializados e caudilhescos que tentam dominar uma sociedade inteira. E vim dizer-lhes que Loureiro da Silva sintetiza essa rebeldia das ruas, que levado à prefeitura, amanhã, representará um governo novo, responsável e capaz de construir um novo marco do trabalhismo novo que haveremos de construir (FERRARI, 1961: 74).

Após ser expulso da liderança da bancada petebista na Câmara, Ferrari deu início à “Campanha das Mãos Limpas”. Em 26 de junho, desembarcou no Rio Grande do Sul, onde lançou oficialmente sua candidatura – que seria pleiteada democraticamente na próxima Convenção Nacional do partido – em um comício proferido no aeroporto da capital gaúcha. O *Correio do Povo* relatou que centenas de pessoas prestigiaram o evento, mas ressaltou que “poucos dirigentes trabalhistas de destaque compareceram”. Registrou apenas os nomes de Loureiro da Silva, Sigfried Heuser, José Vecchio e Jairo Brum. Este último condenou a renúncia da liderança da bancada imposta a Ferrari.³¹

Durante os meses seguintes, o deputado prosseguiu sua campanha, ainda como postulante à candidatura pelo PTB. Iniciou-a em Ouro Preto, onde realizou um comício no dia 07 de julho de 1959. O *Correio do Povo* noticiou o evento, ressaltando que o candidato fora recebido por grande número de pessoas e que “não surtira efeito” o comunicado dirigido pelo deputado estadual do PTB, Camilo Nogueira da Gama, em nome da direção nacional do partido ao diretório regional de Ouro Preto desautorizando o ex-líder trabalhista.³² O *Correio* também informou sobre um movimento anti-Jango em Minas Gerais. Declarou Milton Reis, deputado federal pelo PTB daquele Estado, que Jango poderia até ganhar nas eleições internas do PTB, mas perderia nas ruas. O parlamentar previa que a “Campanha das Mãos Limpas” empolgaria todo o país e teria

³¹ *Correio do Povo*, 27/06/1956, p. 15 e 16.

³² *Correio do Povo*, 11/07/1959, p. 07.

como fato inexorável uma cisão no PTB”. Em Minas, chefiavam o movimento anti-Jango o senador Lima Guimarães e o deputado federal José Raimundo.³³

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, acirrava-se a rivalidade Brizola/Ferrari. No dia 01 de julho, em entrevista à sucursal do *Correio do Povo*, Leonel Brizola retificou uma notícia publicada em Porto Alegre segundo a qual ele seria o provável candidato à Vice-Presidência pelo PTB. O governador negou a informação, afirmando que ela não tinha nenhum fundamento:

primeiro porque não tenho vocação para ser um segundo Fernando Ferrari; segundo, porque o PTB tem candidato natural à Vice-Presidência e todos sabem o seu nome; e a propósito, quero registrar que na última Convenção Nacional o nosso partido lançou o nome de João Goulart à Presidência da República e, como óbvio, se não prevalecer seu nome como candidato à primeira magistratura na Nação, na próxima convenção será indicado à Vice-Presidência.³⁴

Na entrevista, Brizola criticava a atitude de Ferrari e já aventava a possibilidade de que o PTB viesse a compor uma aliança que lhe garantisse a Vice-Presidência da República que, nesse caso, teria Jango como candidato natural.

Dois dias após a publicação dessa entrevista, temos a primeira notícia vinculando Ferrari ao PDC, segundo a qual o deputado teria sido convidado a se candidatar por tal legenda. Questionado pelo *Correio do Povo*, ele confirmou o convite, mas declarou que esperaria o resultado da Convenção do PTB, da qual esperava sair vitorioso. Sobre os ataques de Brizola, respondeu que eram lamentáveis, mas que discutiria o assunto dentro da agremiação: “Espero encontrar-me com ele na Convenção do PTB”, afirmou Ferrari.³⁵

No dia 09 de julho, o PDC oficializou o convite a Loureiro da Silva – dissidente trabalhista e apoiador de Ferrari – para se candidatar a prefeito de Porto Alegre.³⁶ Em 29 de julho o *Correio do Povo* anunciava que Loureiro havia aceito o convite do PDC,³⁷ o que resultou na sua expulsão do PTB e numa crise deste partido no Rio Grande do Sul, com a formação de diversas dissidências no interior do estado.³⁸

No plano nacional, foi confirmada, no início de agosto, a aliança eleitoral PSD-PTB para a disputa presidencial. A chapa seria encabeçada pelo pessedista Teixeira Lott

³³ *Correio do Povo*, 09/07/1959, p. 07.

³⁴ *Correio do Povo*, 02/07/1959, p. 15 e 18.

³⁵ *Correio do Povo*, 03/07/1959, p. 07.

³⁶ *Correio do Povo*, 10/07/1959, p. 07.

³⁷ *Correio do Povo*, 29/07/1959, p. 07.

³⁸ *Correio do Povo*, 12/08/1959, p. 07.

e teria Jango como postulante à Vice-Presidência.³⁹ A candidatura de Ferrari estava definitivamente “fora dos planos do PTB”.

Durante o mês de agosto e setembro, o *Correio do Povo* noticiou acusações sistemáticas feitas por Brizola a Ferrari e vice-versa. Este último continuava viajando em campanha pelo Brasil. Já passara por Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Mato Grosso, Santa Catarina, e pela região amazônica dentre outras. Ainda não havia se pronunciado a favor de Loureiro no pleito municipal, embora já se posicionasse a favor dele (FERRARI, 1961: 68).

O deputado relatou que, durante esse período da campanha, sofrera uma série de ataques. Na imprensa, comandava-o seu opositor no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Nos locais em que visitou, na maioria das vezes encontrava fechadas as portas do partido, segundo o candidato, porque os correligionários tinham medo da vingança dos líderes da agremiação (FERRARI, 1961: 61). Algumas das hostilizações sofridas por Ferrari também foram noticiadas pelo *Correio do Povo* como, por exemplo, a negativa do PTB do Amapá em recebê-lo.⁴⁰

Em 17 de outubro, o PDC lançou a candidatura de Ferrari à Vice-Presidência da República, prevendo uma aliança com o udenista Jânio Quadros, o que acabou não se concretizando posteriormente.⁴¹ O deputado ainda faria sua última tentativa de levar seu nome à Convenção do PTB na reunião do Diretório Nacional, realizada no dia 24 de outubro, mas o pedido foi negado por 83 votos contra 4.⁴² Diante dessa conjuntura, partiu para a primeira “queda de braço” eleitoral com os líderes do partido: era chegada a hora de intervir no pleito de Porto Alegre.

Já findava outubro, e a eleição se realizaria em 08 do mês seguinte. Jango desembarcou na capital do Estado no dia 04 de novembro, para apoiar o candidato petebista à prefeitura, Wilson Vargas e outros candidatos do interior.⁴³ Ferrari chegou antes, em 30 de outubro, e foi recebido no Comitê Central Pró-Loureiro da Silva. A partir daquela data, participou ativamente dos comícios do candidato pedecista. Nos dias que precedem a eleição, o *Correio do Povo* informou sobre as participações de Ferrari da campanha de Loureiro. Também se avolumaram os *a pedidos* publicados no jornal, uns acusando Ferrari de traição, outros se solidarizando com sua campanha. No

³⁹ *Correio do Povo*, 08/08/1959, p. 07.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 14/10/1959, p. 07.

⁴¹ *Correio do Povo*, 18/10/1959, p. 13.

⁴² *Correio do Povo*, 25/10/1959, p. 19.

⁴³ *Correio do Povo*, 23/10/1959, p. 07.

dia 01 de novembro, Fay de Azevedo escreveu sobre a atuação do deputado em sua coluna semanal intitulada “A Semana Política”:

Até que ponto terá êxito fora dos quadros partidários? Sem dispor de instrumentos de sondagem da opinião popular, o cronista haverá de reservar-se naturalmente para a verificação do primeiro teste (embora muito relativo dadas as circunstâncias: a rebeldia mal entra a tomar corpo, à vésperas de uma eleição). O pleito de Porto Alegre será a testificação (sic) inicial da “Campanha das Mãos Limpas”. Inicial e – note-se – não definitiva.⁴⁴

A eleição findou com a vitória de Loureiro da Silva. A respeito dela, declarou Ferrari (1961: 77): “fora positivo meu primeiro grande teste”. Mas, como ressaltou Fay de Azevedo, tratava-se de uma vitória inicial. Faltava o principal enfrentamento, o da Vice-Presidência.

2.2 O MTR “de Ferrari” enfrenta o PTB “de Jango”

Quando veio ao Rio Grande do Sul para apoiar Loureiro, Ferrari articulou, juntamente com outros dissidentes petebistas, o Movimento Trabalhista Renovador, uma entidade cívico-apartidária que apoiaria sua campanha. O *Correio do Povo* publicou, em 06 de novembro, *a pedido*, o manifesto que instituía a criação do movimento: “Sob a liderança do pensamento político-social de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini e sob a legenda do Nacionalismo e da Austeridade, lançamos no Rio Grande do Sul e ao Brasil o Movimento Trabalhista Renovador”. O MTR apoiava os dissidentes trabalhistas de Porto Alegre, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, Esteio e São Leopoldo e pretendia se irradiar pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, seria comandado pelo deputado estadual pelo PTB Jairo Brum.⁴⁵

⁴⁴ *Correio do Povo*, 01/11/1959, p. 07.

⁴⁵ *Correio do Povo*, 06/11/1959, p. 16. Convém citarmos outros nomes ligados ao MTR: Manoel João Machado, candidato à vereança pelo PTB em Porto Alegre era um dos coordenadores das campanhas de Ferrari; Clóvis Stenzel era membro da direção do MTR no Rio Grande do Sul e um dos coordenadores da campanha ferrarista no Estado; Carlos Bartolomé e Alexandre Andrés e Araújo Lima são citados por Ferrari (1961) como incansáveis colaboradores; o Economista Ernesto Walter Albrecht era o coordenador nacional da campanha pró-Fernando Ferrari. Dentre os apoiadores “ilustres” de sua campanha menciona o escritor Augusto de Lima, que se pronunciou a seu favor na cidade de Ouro Preto, e o folclorista Luiz da Câmara Cascudo, com quem se encontrou em Natal. Érico Veríssimo e Gilberto Freyre também manifestaram seu apoio a Ferrari, o que foi publicado em um *a pedido* (*Correio do Povo*, 02/10/1960).

No dia da eleição de Porto Alegre, Ferrari regressou ao Rio de Janeiro, informando à reportagem do *Correio* que, naquele mesmo instante, estava autorizando Queiroz Filho, presidente do PDC nacional, a processar o registro de sua candidatura. Perdedor na luta interna do partido, o dissidente, disputaria com Jango nas urnas. “Iniciarei uma segunda caminhada pelo Brasil”, afirmou o deputado.⁴⁶

Além de Jango, concorreria naquele pleito o udenista Milton Campos, o que inviabilizou a aliança entre Jânio Quadros e Fernando Ferrari. Além de Jânio (UDN) disputaram a Presidência o Marechal Teixeira Lott (PSD) em aliança com o PTB e Adhemar de Barros (PSP). No entanto, é importante ressaltar que o foco da crítica ferrarista ao longo da “Campanha das Mãos Limpas” se concentrou sobre o PTB, a ponto de Milton Campos não receber sequer uma crítica nos *a pedidos* que Ferrari mandou publicar no *Correio do Povo* nem no livro em que Ferrari relata sua campanha.

Esta obra, aliás, se constituiu na principal fonte para a seção a seguir. Nela o deputado reproduz discursos e documentos relacionados à eleição, desde as críticas iniciais, em 1957, até o final da eleição de 1960. Foi publicada posteriormente à campanha, quando o MTR já se tornara partido. Lembremos que Ferrari viria a se candidatar a governador do Rio Grande do Sul no ano seguinte pelo MTR, e o livro trazia a versão do deputado acerca do que acontecera até aquele momento entre ele e seu partido de origem. De acordo com Ferrari (1961: 31), tal trabalho consistia num “depoimento histórico”.

Além do referido livro, intitulado *Minha Campanha*, utilizamos a obra *Mensagem Renovadora*, que contém as propostas de governo de Ferrari e foi editada para ser vendida durante a campanha da Vice-Presidência. Consideramos também os *a pedidos*, mandados publicar por Ferrari, embora convenha notar que suas informações se assemelham às proferidas nos discursos e registradas nos manifestos do deputado. Por isso, apesar de aparecerem em quantidade considerável no jornal *Correio do Povo*, utilizamos apenas algumas deles, a título de ilustração.

Com a análise dessas fontes, buscamos responder nossa quarta e última questão de pesquisa: de que forma a fração ferrarista buscou demarcar posições político-ideológicas no pleito de 1960? Finalizada a contextualização dos aspectos internos da disputa Ferrari/Jango, cumpre analisarmos de que forma Ferrari vinculou as divergências que tinha com seu opositor visando à conquista de votos junto aos eleitores

⁴⁶ *Correio do Povo*, 09/11/1959, p. 07.

na disputa para a Vice-Presidência. Reiteramos que este é um momento chave, já que uma forte disputa interna do partido fora exteriorizada ao campo, e as ideias políticas seriam um importante recurso com o qual Ferrari poderia contar naquela luta.

A análise dos discursos, manifestos textos e propagandas elaborados por Ferrari naquele contexto nos permitiram enumerar as principais *ideias-força* utilizadas pelo candidato nas eleições de 1960. Antes de caracterizá-las, cabe mencionar que um grande número de citações literais foi reproduzido, buscando uma maior aproximação com o tom de seus discursos.

2.2.1. Herança Varguista

Getúlio era o obstáculo que – curioso! – ninguém, nem os mais renovadores, queriam afastar (FERRARI, 1961: 06).

Ao abordar as origens do PTB, Ferrari (1961: 02-03) afirma ser impossível separar Vargas da história trabalhista. Destaca a importância da Revolução de 30 e justifica a ditadura do Estado Novo: “eram inadapáveis os ideais da revolução ao tipo de estrutura democrática então vigente”. Ao término da Segunda Guerra Mundial, era necessário criar uma organização partidária para lhe servir de esteio. O ditador recebeu a inspiração de setores conservadores e criou o PSD, elegendo-se senador por essa legenda, mas também fundou o PTB, tornando-se seu presidente de honra.

De acordo com Ferrari (1961: 01-02), como todas as agremiações que se formam da cúpula para as bases, não se livrou o PTB do impacto negativo de direções oficiais, às quais denomina “mercenárias”. Tais dirigentes, com raras exceções, procuraram administrar a nova agremiação tendo em vista objetivos meramente eleitorais, ou para conservar o poder. Não cuidaram de lhe dar organicidade, nem programa definido. Esses erros de origem se constituíam nos grandes tropeços do partido, entregue, “pelo costume e pelo vício ao personalismo e ao caudilhismo mais estreitos”.

Quando Vargas voltou ao poder, em 1951, já era possível perceber de modo claro “a sua linha trabalhista partidária”. Caminhando para a esquerda, prometeu uma democracia social, melhorando e ampliando as leis trabalhistas e abrindo as portas da representação política para os operários. No entanto, para governar, fez-se necessária

uma coalizão de partidos liberais e conservadores. Ao PTB coube somente a pasta do trabalho, entregue a Jango. Segundo Ferrari (1961: 04), esse foi um momento de estagnação do partido, pois Jango era despreparado para o cargo de Ministro de Estado, e, “guiado pelas mãos extremistas, caminhou pela trilha perigosa das agitações sindicais”. Por seu despreparo, sua falta de programa, sua incapacidade de interpretar os fatos sociais, acabaria sendo destituído do cargo por Vargas.

Sobre a influencia do personalismo varguista no PTB, declarou o dissidente trabalhista: “Embora desinteressado em dar organicidade à grei, aparentemente omisso frente ao seu destino e, portanto, aos dissídios internos, era ele quem decidia sempre. Ninguém ousava contrariá-lo. Era o senhor dos julgamentos, o prolator das sentenças”. Grupos renovadores, como de Alberto Pasqualini ou Lúcio Bittencourt, encontravam os passos amarrados pelo “heliocentrismo do Presidente” (FERRARI, 1961: 05).

Todavia, apesar de identificar o caráter “pragmático” e personalista do ex-ditador, Ferrari não abriu mão do capital político do *getulismo*, sobretudo no tocante à legislação social por ele implementada.⁴⁷ De acordo com Ferrari (1961: 05-06), com a morte do presidente, o partido poderia adotar dois caminhos: a mudança, com as reformulações estatutárias propostas por grupo renovadores, ou o continuísmo. Foi quando Goulart entrou de repente na arena e fez-se “herdeiro da carta que Getúlio” escreveu ao povo antes de se suicidar. Também se aproveitou do impacto do drama para se eleger vice-presidente, após assinar um pacto pessoal com JK.

Enquanto Jango optava por herdar o “personalismo” e o “caudilhismo”, Ferrari preferia o legado de transformação social iniciado por Vargas, o qual se comprometia em manter.⁴⁸ Quando, em 1959, deputados petebistas lhe enviaram um ofício

⁴⁷ Sobre a importância de Vargas na conformação do PTB, é importante o que afirma Angela de Castro Gomes (2007, 56-62). De acordo com a autora o PTB surgiu, claramente, como uma coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de criação de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou recursos humanos, técnicos e financeiros desde 1942, quando Alexandre Marcondes Filho assumiu o Ministério do Trabalho. Daí até o final do Estado Novo, o ministro e seus colaboradores mais próximos, auxiliados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência, além de várias outras iniciativas. Todas essas medidas eram vinculadas diretamente à pessoa do presidente. Assim, Vargas era visto como a “encarnação da Nação e o grande inspirador do ideário trabalhista”, tornando-se “símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país”. Quando o Estado Novo iniciou, “de dentro” a transição para o regime liberal-democrático, o “culto à sua figura, ou melhor, o *getulismo*, era uma realidade política ao lado do trabalhismo”. Apesar das críticas dirigidas por Ferrari a Vargas, do legado do *getulismo*, nem ele, nem os demais políticos “renovadores” abririam mão.

⁴⁸ Dos fundadores do PTB, Ferrari destaca também Salgado Filho, advogado gaúcho que participara da Revolução de 30, fora Ministro do Trabalho de Vargas de 1942 a 44, tornara-se presidente do PTB em 1947 e senador pelo Rio Grande do Sul de 1947 a 1950. Faleceu em um acidente de avião 1950, quando era candidato pelo PTB ao governo gaúcho. Salgado Filho também é identificado como teórico do trabalhismo (D’ARAÚJO, 1996). Sobre as menções ao político em sua campanha, também é importante

solicitando que renunciasse ao posto de líder da bancada por querer se candidatar a vice-presidente, ele assim respondeu:

Não é por mim, meus colegas, que estou lutando. Lutarei mais por ideias, por programas, por métodos e princípios da ordem social a nós legados pela personalidade inigualada política, moral e pessoal de Getúlio Vargas – que morreu mais para ser interpretado do que para ser chorado (FERRARI, 1961: 38).

A esse legado juntar-se-ia a doutrina pasqualinista. Só assim seria possível construir um “trabalhismo autêntico” no Brasil.

2.2.2. Doutrina Pasqualinista

“Construiremos a morada que não pudeste levantar”. Com essa frase, Ferrari dá início ao livro *Minha Campanha*, cujo prefácio é dedicado à memória de Alberto Pasqualini.⁴⁹ Ele faleceu durante a disputa eleitoral de 1960, cinco anos após ser acometido por um derrame cerebral que o afastara da vida pública.

Ferrari reproduz a fala recitada no enterro do amigo. A homenagem inicia destacando seus primeiros ensinamentos:

Ó Pasqualini, quanto nos ensinaste! (...) com aquela tua vocação meio humana, meio divina, de professor, de educador, de sal da terra (...) Com que cuidado e que requinte, com que nobreza deste-nos as tuas primeiras lições, no teu modesto laboratório de ideias em Porto Alegre, para que pudéssemos relatar o capítulo da Ordem Social e Econômica da Constituição Sul-Rio-Grandense de 1947 (...) E depois, com que carinho procuraste formar tuas equipes, teus rapazes, os teus discípulos, no amor à coisa pública, às liberdades, ao Rio Grande do Sul e à Nação (FERRARI, 1961: XI).

mencionar que, conforme noticiou o *Correio do Povo* (30/08/59, p. 14), Berta Grandmasson Salgado, viúva do político, manifestou apoio incondicional à candidatura de Ferrari.

⁴⁹ No dia 04 de junho de 1960, o *Correio do Povo* registrou, em sua contracapa, a comoção pelo falecimento de Alberto Pasqualini, ocorrido no dia anterior, na cidade do Rio de Janeiro, onde residia com sua esposa Suzana Thompson Flores. Ressaltou o pesar de João Goulart ao receber a notícia e a confirmação de que partiria para assistir ao funeral do seu “amigo e grande companheiro de lutas políticas”. Anunciou ainda que fora decretado luto oficial de três dias no estado e no município de Porto Alegre. No decreto da capital gaúcha, reproduzido pelo jornal, Loureiro da Silva, então prefeito e apoiador de Fernando Ferrari, assim o justificou: “(...) Considerando as altas virtudes que enobrecem a vida desse ilustre rio-grandense que foi, sem dúvida, a maior figura da doutrinação política do Brasil moderno. Considerando a constante fidelidade com que o grande líder se voltou para as causas populares. Pregando a doutrina da concórdia e da solidariedade cristã, é decretado o luto oficial de três dias na cidade de Porto Alegre” (*Correio do Povo*, 04/06/1960, p. 14 e 16).

Em seguida, Ferrari (1961: XI-XII) o qualifica como primeiro grande teórico do trabalhismo brasileiro e “um dos melhores homens da vida pública”. Sua doutrina solidarista era o grande passo na estruturação de uma teoria de governo para os trabalhadores. Mas infelizmente morria “como o justo, que semeia e passa sem assistir à concretização do seu ideário”. Para finalizar, faz um “juramento de ideal”: “há uma geração inteira que vai seguir os teus passos, que vai construir a morada que não pudeste levantar”.

No entanto, a geração a que o político se refere não era mais o PTB, que abandonou o ideário pasqualinista, devido às ambições de seus líderes, mas os trabalhistas renovadores: idealistas que buscavam uma reestruturação partidária em bases democráticas, e que tinham em Pasqualini seu maior referencial.

2.2.3. Idealismo na política

Não fora casual a escolha de Ouro Preto, em Minas Gerais, para dar início à “Campanha das Mãos Limpas”. Tratava-se do local onde vivera o “protomártir da independência”. O discurso proferido naquela cidade ressaltava que, assim como o candidato, Tiradentes era o “grande incompreendido de sua hora”, por ser também um idealista. Apesar das perseguições e ridicularizações sofridas, ambos não fraquejaram diante das dificuldades. Disse Ferrari (1961: 49): “Ele encarnou o ideal da independência política da mesma forma que os homens da atualidade têm o dever de encarnar ideal do nacionalismo econômico”.

A referência aos “idealistas da política” aparece repetidas vezes nos discursos do deputado. “Sacerdotes do ideal”, esses políticos teriam sua maior preocupação na ajuda ao próximo, “preferindo servir a servirem, dar a receberem, compreender a serem compreendidos”. Em oposição a eles estariam os “mercenários”, que “traem as mais belas esperanças, porque mentem, conspurcam, aviltam, pondo seu poder político a seu próprio serviço, contra o interesse do maior número” (FERRARI, 1961: 55).

Dentre os idealistas do PTB, cita Lucio Bittencourt. Como já foi mencionado, juntamente com Ferrari, Bittencourt exigiu o estabelecimento de um programa mínimo de cunho trabalhista como requisito para apoiar a aliança PTB/PSD, que elegeu JK e Jango em 1955. Mas, mesmo com a aprovação do programa, integrou uma dissidência,

juntamente com outros 27 parlamentares, pois sua candidatura ao governo de Minas Gerais fora preterida pelo PTB daquele estado em função das alianças locais em torno da candidatura de Juscelino. Por conta disso, Bittencourt seria punido com a expulsão do partido, que só não se consumou porque ele faleceu antes, em setembro de 1955 (D'ARAÚJO, 1996: 110-111).

Apesar de se opor àqueles dissidentes, inclusive a Bittencourt, por que Ferrari recorria à sua memória? Possivelmente, suas motivações estão ligadas à vinculação do deputado mineiro com os programáticos do partido, ao episódio em que atuaram juntos na defesa do programa mínimo de cunho trabalhista para apoiar JK, e ao fato de ele ter sofrido um processo de expulsão do partido, tal qual Ferrari. Há ainda outra característica na personalidade política de Bittencourt, “sua atuação contrária à política janguista de alianças” (D'ARAÚJO, 1996: 110), que Ferrari buscava capitalizar, já que sua candidatura a vice-presidente pelo PTB fora também “preterida” em função de alianças políticas. O PTB de então, já minado por “mercenários”, não abria espaço para uma candidatura que representasse o trabalhismo “puro”.

2.2.4. Trabalhismo puro

Saibam os senhores donos do PTB que não me venho defender; saibam que não aceito a condição de réu que querem me impor; saibam os senhores que não será possível expulsar-me das minhas ideias trabalhistas; saibam que mais do que nunca continuarei trabalhista e saibam que esse processo iníquo servirá de estímulo para que eu redobre os esforços na luta por um trabalhismo legítimo e dos trabalhadores abandonados à própria sorte pelos ditadores que se instalaram na cúpula do PTB, pelo suborno, pela sedução e pela traição aos ideais de Vargas (FERRARI, 1961: 80).

Com estes termos, Ferrari (1961: 80-81) se defendeu da acusação de traição, por ter aceitado se candidatar pela legenda do PDC, e da ameaça de expulsão feita pelo diretório regional do PTB do Rio Grande do Sul.⁵⁰ Getúlio Vargas, se fosse vivo,

⁵⁰ A página do *Correio do Povo* dedicada ao “Panorama Político” de 01 de abril de 1960, estampava a seguinte manchete: “Digam aos donos do partido que não aceito a condição de Réu que querem me impor”. Também reproduzia a carta enviada por Ferrari ao diretório estadual, em resposta ao telegrama que lhe dava o prazo de dez dias para a defesa no processo de expulsão do partido, o que acabou não acontecendo naquele momento (*Correio do Povo*, 01/04/1960, p. 07 e 10).

também seria ameaçado de expulsão, pois foi senador pelo PSD, disse o deputado em defesa a Loureiro da Silva, que havia sido expulso por aceitar se candidatar pelo PDC.⁵¹

Em oposição ao trabalhismo puro que Ferrari – um “trabalhista de primeira hora”, deputado há 13 anos – propunha, estava a aceitação de aproveitadores que aderiram à legenda e a expulsão de integrantes autênticos da agremiação. Afirmava o candidato: “Testemunho com tristeza o assalto ao PTB por homens que jamais comungaram, nem poderiam comungar, com os ideais trabalhistas. Eles são *ex-tudo* e hoje se apresentam como trabalhistas e o que é pior, comandam os trabalhistas” (FERRARI, 1961: 63).

Um dos exemplos citados por Ferrari (1961: 36-37) foi César Prieto, que teria se infiltrado na legenda trabalhista gaúcha, com o aval de Brizola, através da influência na Diretoria do Imposto de Renda, da qual fora titular. Outro era Oswaldo Lima Filho, que foi admitido na legenda depois de ter passado por várias legendas e em menos de um ano conseguiu tornar-se líder em detrimento de velhos companheiros com “reais serviços prestados à causa trabalhista.”⁵²

A aceitação de quadros não identificados no partido representava, para o candidato, a união do PTB com as elites políticas: “Políticos de pijamas, que se unem hoje aos ‘peleguistas’ e aos traidores da memória de Vargas, combatem-me com todas as forças” (FERRARI, 1961: 106). Ambos também se assemelhavam na adoção de métodos de decisão unilaterais. Ele, ao contrário, preconizava os métodos democráticos.

2.2.5. Métodos democráticos

De nossas reuniões, participava sempre o Conselho do MTR, um pequeno grupo de homens extraordinários, simples, bons, desprendidos e capazes. Muitas vezes tive a oportunidade de dizer que só o recrutamento de tal equipe valia a campanha. (...) Médicos ilustres, advogados, jornalistas, funcionários, comerciantes, estudantes, todos ligados por um princípio de ordem superior, sem nada pedir, trouxeram contribuição comovente à nossa luta renovadora (FERRARI, 1961: 130).

⁵¹ *Correio do Povo*, 29/08/59, p. 07.

⁵² *Correio do Povo*, 05/11/59, p. 02. A *pedido* mandado publicar por Fernando Ferrari.

A X Convenção do PTB, realizada em outubro de 1957, reuniu-se com o objetivo de dar uma estrutura ideológica ao partido e para analisar a proposta de programa feita por Ferrari. Dentre outras medidas, o então deputado propunha uma reforma no estatuto que permitisse criar um Conselho Político, a fim de supervisionar e zelar pelos princípios trabalhistas. Seu objetivo, segundo D'Araújo (1996: 113-114), era claro: obstruir os poderes de Goulart. Naquela ocasião, o presidente petebista conseguiu não só provar a ilegalidade dessa proposta perante a Lei Eleitoral, mas também dominar de tal forma a convenção que a proposta de programa nem chegou a entrar em pauta. Dois anos após a negativa do PTB em implementar o conselho, ele se tornou realidade no MTR.

Foi a partir de medidas como essa que o dissidente trabalhista buscou se vincular à utilização de métodos democráticos. Em seu livro de memórias, ele se apresenta como o homem que pondera e se aconselha para tomar decisões. Foi assim que manifestou seu desejo de disputar “democraticamente” a concorrência para se candidatar a vice-presidente, o que resultou no seu afastamento da liderança da bancada em 1959 (FERRARI, 1961: 39).

Seu rival, pelo contrário, influenciava-se apenas pelo cunhado Brizola, o qual nutria “ódios totalitários” por Ferrari. Com relação aos ataques sofridos durante a campanha, afirmou o candidato: “Comandou-os quase sempre, a figura irrequieta do Governador Leonel Brizola, espécie de *gaúcho malo* da campina, sempre temeroso de que alguém lhe pisasse o poncho” (FERRARI, 1961: 61).

Na opinião de Ferrari (1961: 62-63), havia se instalado uma “ditadura da cúpula” no PTB.⁵³ As reuniões partidárias eram uma farsa, a Comissão Executiva era escolhida a dedo, e pairava sobre os que ousavam discordar do chefe a constante ameaça de expulsão. Goulart também coagia os deputados a tomarem decisões que o favorecessem. Ele teria, por exemplo, obrigado os parlamentares a votarem a favor de sua destituição da liderança da bancada em 1959 (FERRARI, 1961: 39).

Foi esse o principal motivo do seu desestímulo em tentar a candidatura pelo PTB, já que a Convenção seria composta por “pelegos”, que tomariam decisão favorável a Goulart. Por isso, cinco meses após iniciar a “Campanha das Mãos Limpas”, Ferrari remeteu uma carta aos principais líderes do partido, “consultando-os

⁵³ Quando Ferrari teve a sua candidatura negada pelo Diretório Nacional, o *Correio do Povo* publicou em uma manchete a seguinte declaração do deputado: “Ditadura está governando o PTB”. (*Correio do Povo*, 27/10/1959, p. 07).

democraticamente sobre os rumos que deveria seguir” (FERRARI, 1961: 62- 65). Após o pleito de Porto Alegre, decidiu aceitar a oferta do PDC e se candidatar por essa legenda.

Na retórica ferrarista, além de ouvir seus conselheiros, o político também procurava interpretar os anseios dos mais pobres e humildes. Só sua candidatura era capaz disso, pois estava próxima deles.

2.2.6. Proximidade com o povo

Estamos no começo. Dentro de poucos dias irei ao Norte e ao Nordeste (...) Em seguida, irei a todas as capitais e a quantas cidades me for possível visitar. Após, retornarei ao Sul, para fazer uma excursão, através, principalmente, de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Desejo, rio-grandenses, por meio dessas pregações, ouvir de viva voz as queixas e os reclamos de todos os brasileiros. Desejo recolher junto a eles um quadro mais ampliado dos problemas e das dificuldades com que nos defrontamos, pois quero levar para o poder as experiências do povo que está sofrendo, e não a falsa experiência das conversas de gabinete (FERRARI, 1961:59).

Com este discurso, proferido em Porto Alegre, Ferrari (1961: 57-59) anunciava sua partida para a “Campanha das Mãos Limpas”, “pregação” que pretendia levar a todo o Brasil. Nela, ouviria os problemas do homem do campo, das mulheres, das crianças, das pessoas mais simples. Afinal, “‘Mãos Limpas’, segundo o candidato, é a bandeira do trabalhador brasileiro, é a bandeira daquele que vive de seu trabalho honesto, é a bandeira do homem que tem as mãos calejadas” (FERRARI, 1961: 91).

E por que caberia a ele representar os mais simples? Dentre os motivos apresentados por Ferrari, está sua origem social. Pela primeira vez na história do Brasil, um filho de família modesta, sem poder econômico e sem estrutura partidária, lançava-se na busca da Vice-Presidência.⁵⁴ Em oposição a ele estavam os políticos provenientes de famílias abastadas, como era o caso de Jango, que viviam encastelados nas velhas

⁵⁴ No dia 25 de junho de 1959, um dia antes de lançar a “Campanha das Mãos Limpas” em Porto Alegre, Ferrari concedeu uma entrevista a um programa de televisão no Rio de Janeiro. Ao ser questionado por um telespectador sobre o porquê de não fazer sua declaração de bens, o deputado se dispôs a fazê-la naquele momento: “posso um terreno, herdado de meu pai na minha cidade natal, São Pedro do Sul, a quarta parte de uma casa na mesma localidade; no Rio de Janeiro, tenho um apartamento financiado no Leblon, o qual estou ainda pagando e um apartamento no Flamengo, também financiado, ainda em construção, e um carro Morris 1952, e só” (*Correio do Povo*, 27/06/1959, p. 16).

fórmulas do estado liberal conservador, sem capacidade para sentir os problemas dos operários e das donas de casa (FERRARI, 1963: 116-117). Uma vez que chegassem ao poder, continuavam as práticas ilícitas de seus antecessores. Uma delas era a corrupção, que seu governo iria combater.

2.2.7. Combate à corrupção

A corrupção era um dos grandes males do Estado brasileiro, dizia Ferrari. Um mal que ele – com as “mãos limpas” e a moral herdada do pai – iria equacionar quando chegasse ao poder. A força moral, nas palavras do candidato “é um ímã que atrai qualidades positivas circundantes. É o toque de mágico de fazer milagres. Ai dos líderes que falarem ao povo sem possuí-la!” (FERRARI, 1961: 69).

Lembremos que sua entrada na seara política se deu através de uma denúncia de corrupção no SAPS, ligado à previdência social. Além disso, o combate à corrupção fora uma das marcas de sua trajetória política, potencializada naquele pleito pela busca de uma “dobradinha” eleitoral com o então candidato à Presidência da República pela UDN, Jânio Quadros, cuja campanha, também teve forte viés anticorrupção. No entanto, a UDN acabou tendo um candidato à Vice-Presidência, inviabilizando a aliança e fazendo com que Ferrari lançasse sua candidatura independente, mas sem deixar de vincular-se a Jânio. Essa vinculação também é visível através dos *a pedidos* publicados no *Correio do Povo*, sugerindo a votação na “dobradinha 11”, numa alusão aos números dos candidatos Fernando Ferrari e Jânio Quadros.

Ferrari também lutava contra a influência do poder econômico nos pleitos. Sua campanha, segundo ele, era feita de forma diferente das demais. Tinha poucos recursos financeiros, pois não aceitava submeter-se a grupos financiadores. Chega a afirmar que se houvesse mais recursos nos dois últimos meses teria vencido. No entanto se os aceitasse, estaria “alienando um patrimônio de ordem moral que era a razão de sua própria vida pública” (FERRARI, 1961: 110). Em oposição à sua campanha de baixo custo, estavam os que esbanjavam dinheiro oriundo de atos de corrupção.

A partir dos pontos expostos acima, é possível esboçar um quadro das ideias-força por meio das quais Ferrari assentou as críticas a seu partido de origem:

MTR	PTB
Vargas (legislação social)	Vargas (personalismo)
Doutrina Pasqualinista	Pragmatismo de João Goulart
Idealistas	Mercenários
Trabalhistas puros	Aproveitadores da legenda trabalhista
Métodos democráticos	Métodos totalitários
Próximos ao povo	Acomodados à estrutura do Estado
Não corruptos	Corruptos
Bons governantes	Maus governantes

Foram essas ideias-força, veiculadas na campanha ferrarista, as armas do candidato para legitimar sua candidatura ante a de Goulart. No entanto, a campanha do MTR não se baseava somente em críticas a Jango. Era necessário apresentar propostas. Assim o fez Ferrari ao publicar um livro para divulgar seus projetos, o *Mensagem Renovadora* (1960) e assim os reproduziu parcialmente no livro *Minha Campanha* (1961). Vejamos os pontos principais desse projeto.

2.2.8. Outros temas da campanha

“**Nacionalismo** e austeridade” era o lema da campanha ferrarista. O escoamento constante das riquezas do país ao exterior era, na opinião do candidato, o maior responsável pela pobreza do Brasil. O poder político deveria se contrapor aos excessos do poder econômico. Por isso, Ferrari (1960: 10-11) propunha a criação de leis que disciplinassem os investimentos estrangeiros no Brasil. O nacionalismo brasileiro estava se desenvolvendo, através, por exemplo, do monopólio estatal do petróleo e do estímulo à ocupação dos territórios a Oeste, com obras rodoviárias de largo alcance. No entanto, era necessário avançar muito mais (FERRARI, 1960: 17-18).

O dissidente do trabalhismo traz para o MTR o discurso nacionalista, que vinha ganhando força na América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Fora adotado, segundo D’Araújo (1996: 121-122), também pelo PTB, sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1955. Aderindo a tal discurso, na opinião da autora, o PTB

ampliava de forma irreversível seu campo de ação propagandística. Sua atuação não mais se restringia à defesa da manutenção e extensão dos direitos sociais dos trabalhadores, pois se chegou à conclusão que esses direitos só seriam plenamente atingidos se o país tivesse condições de conquistar sua autonomia e liberdade econômica.

Recordemos que, durante o governo JK, Ferrari liderou a formação da Frente Parlamentar Nacionalista que apoiava o presidente e defendia programa de cunho nacionalista e popular. No manifesto redigido em 1947, intitulado *Sentido de uma mensagem*, o deputado acusa os líderes do partido de tratarem com indiferença tal frente parlamentar. Assim, em concorrência com o PTB, o MTR surgia como novo porta-voz do nacionalismo, que seu líder tanto defendera em sua atuação parlamentar.

Foi também no período JK que o PTB começou a se notabilizar no Congresso pela defesa de várias medidas que integravam a agenda reformista. Segundo D'Araújo (1996: 114), enquanto o governo Juscelino “passava praticamente alheio aos compromissos reformistas assumidos na campanha”, a bancada petebista, liderada por Ferrari, tinha uma atuação intensa em favor da Petrobras, da Eletrobrás e iniciava uma trajetória marcante na defesa dos direitos sociais. O **reformismo** que Ferrari defendia já naquele momento também seria incorporado ao MTR.

Em *Mensagem Renovadora* (1960), o postulante à Vice-Presidência da República previa um amplo programa de reformas que incluía: reforma bancária, reforma tributária, reforma da previdência e reforma política. Somadas a essas medidas estavam outras, voltadas a públicos específicos: os homens do campo, os flagelados do Nordeste, as donas de casa e as crianças. Para tais pessoas, Ferrari dedica capítulos no livro *Minha Campanha*. Elas também aparecem vinculadas aos discursos da sua campanha e ao seu plano de governo.

Os **homens do campo**, a quem denomina *escravos da terra* são o centro da sua luta. Para Ferrari (1961: 146-147), a ausência da reforma agrária constituía o maior problema brasileiro. Era necessário que o poder político e a estrutura do Estado chegassem ao campo. Por isso, como deputado, já vinha defendendo as reformas rurais nos estados e territórios. O *coronealismo*, prática de muitos políticos, inclusive de legisladores dentro das Câmaras também deveria ser combatido.

Esta reforma não se daria de maneira revolucionária, mas “evolucionária”, sem alterar bruscamente ou de forma violenta o *status quo* existente. Seria processada por etapas. O primeiro passo era transformar em lei o projeto que institui o regime jurídico

do trabalhador rural. A ação posterior ou conjunta consistia em elaborar de uma lei de arrendamentos rurais, que possibilitaria o acesso à terra ao maior número de agricultores. Por fim, dar-se-ia acesso ao crédito amplo, farto e sem juros para a aquisição de pequenas e médias propriedades. O político é incisivo no que se refere às desapropriações: “Sou contra as expropriações agressivas, mas a favor das desapropriações salvaguardoras do interesse coletivo” (FERRARI, 1961: 147-148).

Ferrari também ressalta sua preocupação com o **Nordeste** afirmando que, desde que visitou a região pela primeira vez, em 1951, procurou, em sua atuação parlamentar, propor iniciativas que visassem atenuar seus problemas, especialmente das populações flageladas. Com isso, defendia-se das acusações por parte dos opositores, de que estaria sendo demagogo ao pedir votos no Nordeste. E atacava, criticando investimentos mal planejados por dezenas de órgãos sem um comando único e sem plano diretor (FERRARI, 1961: 86-88).

Para a questão da seca, segundo o dissidente, seria importante, em primeiro lugar, fixar o homem à terra. Isso se tornaria possível, em sua opinião, com terras irrigadas, férteis, o que dependia de grandes obras para impulsionar o desenvolvimento da região. Para a realização delas, defendia a unificação dos órgãos que auxiliavam no combate à seca, o que evitaria gastos desnecessários, como os que eram feitos há 37 anos e não solucionavam efetivamente o problema. Era chegado o momento da “redenção do Nordeste”, que, em boa parte, estaria na mão dos eleitores ao escolher não demagogos, mas homens que tinham um passado de serviços ao país (FERRARI, 1961: 88-90).

As **donas de casa** também tiveram atenção destacada na campanha, alterando, segundo o candidato, o quadro de indiferença com que eram tratadas anteriormente. Com isso, muitas mulheres que não haviam votado foram buscar seus títulos. E tão forte e poderosa foi sua decisão e influência eleitoral que outros candidatos, especialmente à Presidência da República, passaram a incorporá-las em seus discursos (FERRARI, 1961: 143-144). A mulher, segundo Ferrari (1961: 144-145), é dotada de uma “intuição meio humana, meio divina”, o que faz com que tenha uma capacidade de percepção das intenções dos indivíduos e um conhecimento dos dramas da vida moderna. Os políticos, ainda durante muito tempo, enganariam os homens, mas não mais o fariam com as mulheres.

Para salientar a importância das mulheres, também homenageia sua esposa Elza, que o acompanhara ao longo da campanha, “com aquele jeito de dona de casa

eficiente, disposta a todos os sacrifícios”. Denominou-a *mascote* e *mascate*. Mascate, porque ao lado de outras mulheres, abriu bazares que auxiliaram na arrecadação de fundos para a campanha e passou a articular uma legião feminina nacional em favor da candidatura do marido. E mascote, pois sua força e esperança se transformavam em proteção contra ameaças a acidentes (FERRARI, 1961: 83-84).

As **crianças**, por sua vez, simbolizavam a esperança no futuro da Nação, mas também o desamparo dos políticos para com ele. Em diversas passagens, cita a miséria a que eram submetidas e sua inserção precoce ao mundo do trabalho. De acordo com o candidato, em qualquer país civilizado as crianças estão na escola, enquanto no Brasil, estão no mato, no roçado ou na favela. A principal motivação para isso seria a preocupação das elites políticas mais com o *eleitor*, do que com o *homem*. Ele, ao contrário estava mais preocupado com as pessoas do que com o sucesso eleitoral e, no que dependesse de seus esforços, não estaria longe o dia em que as crianças teriam “igual oportunidade à escola, aos bens da vida, à liderança política e iguais direitos à participação no produto nacional” (FERRARI, 1961: 138-142).

2.3. Resultados eleitorais

Ao final da campanha, Ferrari havia percorrido, com sua “pregação”, mais de mais de mil municípios brasileiros (FERRARI, 1961). As eleições ocorreram em 03 de outubro de 1960 e o PTB fora forte o suficiente para vencê-las. Ferrari ficou na última colocação, mas ganhou em número de votos no Rio Grande do Sul.⁵⁵ Além disso na presidência, elegeu-se o candidato de oposição a Jango, o udenista Jânio Quadros. Com isso, o PTB, sobretudo a seção gaúcha, saíam debilitados da eleição. A respeito do fracasso do PTB gaúcho, comentou o colunista Fay de Azevedo:

se saiu debilitado da refrega, com seu candidato, com a derrota do seu candidato presidencial, o seu maior revés, seu mais contundente fracasso, no entanto, foi aqui no Extremo-Sul. Depois da perda da prefeitura de Porto Alegre e de outras importantes cidades, no ano passado, agora essa tremenda derrota geral! E o banho de votos que Ferrari deu em Jango, vitorioso, este, o líder trabalhista quase que só nos municípios dos latifúndios, na Fronteira (*Correio do Povo*, 09/10/1960).

⁵⁵ No Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari somou 557.425 votos, contra 472.902 de João Goulart e 143.509 de Milton Campos (BASTOS, 1978: 98).

Após as eleições, consumou-se a expulsão de Ferrari do PTB. Com isso, o MTR foi transformado em partido, ainda em 1960. Com o surgimento do MTR diminuem os enfrentamentos internos do PTB. Segundo D'Araújo (1996: 129), a partir das eleições de 1960, “bancada e dirigentes se unem, de forma inédita, para preservar a unidade partidária ameaçada com o aparecimento de outra legenda concorrente. E, para isso, Goulart precisava ser reverenciado como chefe incontestante”.

Não nos deteremos na atuação do MTR após constituir-se como partido. No entanto, um acontecimento merece ser mencionado. Quando Jânio Quadros renunciou, em 28 de agosto de 1961, o MTR defendeu a posse, sem restrições de poderes, do presidente João Goulart. Consequentemente, o partido votou contra a emenda parlamentarista aprovada pelo congresso, em setembro, como solução conciliatória, diante do impasse criado pelo veto militar. Naquela ocasião, a decisão política de Ferrari foi para além das desavenças com Goulart.

Com relação à seção gaúcha, o dissidente trabalhista saía do pleito de 1960 cotado a vencer as próximas eleições ao Governo do Estado. Concorreu ao posto em outubro de 1962, mas não contabilizou tantos votos quanto os da Vice-Presidência. No entanto reorientou muitos eleitores que, na disputa anterior, alçaram o candidato petebista Leonel Brizola ao governo estadual. Essa divisão, de acordo com Mercedes Cánepa (2005) pode ser apontada como um dos fatores que acarretariam a derrota do PTB para a ADP (Ação Democrática Popular, formada por PSD, UDN, PDC, Partido Libertador [PL] e Partido de Representação Popular [PRP]).

Em 02 de março de 1963, Ferrari viu aprovado o “Estatuto do Trabalhador Rural”, oriundo de um projeto de sua autoria. Ainda com relação à questão rural, foi publicado, no mesmo ano o livro *Escravos da Terra* (obra póstuma), que caracterizava sua atuação e suas proposta em prol do trabalhador do campo. Érico Veríssimo, que sempre foi avesso a patrocinar prefácios, abriu uma exceção para o amigo escreveu as primeiras páginas de *Escravos da Terra*, que inicia com as seguintes frases: “Este livro não necessita nenhuma apresentação especial. A vida de seu autor é o seu melhor prefácio” (FERRARI, 1963: 01).

Em 25 de maio de 1963, aos 41 anos, Ferrari faleceu, vítima de um acidente aéreo nas proximidades do município de Torres (RS). À época, surgiram diversas especulações de que teria havido uma sabotagem naquele avião. A principal suspeita era seu rival Leonel Brizola, já que Ferrari, mesmo sem mandato parlamentar, continuava

denunciando a corrupção e o desvio ideológico do PTB. O inquérito formalizado pela força aérea concluiu que não houve sabotagem (WAGNER; PEREIRA, 1985: 39-41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, propusemo-nos a responder a seguinte questão: que papel deve ser atribuído às ideias políticas de Fernando Ferrari e seu grupo no processo de cisão partidária ocorrido no PTB em fins de 1950 e de que forma tal fração as utilizou visando legitimar-se junto ao eleitorado no pleito de 1960?

Para responder sua primeira parte, ou seja, o papel das ideias políticas de Ferrari, buscamos recompor a atuação do político até o momento da cisão, ressaltando suas influências e as divergências com o grupo majoritário, o que nos permitiu caracterizar o grupo ferrarista como uma “fração de princípio”, mas que também se orientava para a conquista do poder. Assim, as diferenças internas entre *pragmáticos* e *doutrinários* seriam potencializadas por esse grupo, a fim de garantir-lhes mais poder dentro do PTB, com o enfraquecimento da liderança de Jango.

No entanto, o insucesso em conter a força janguista no PTB – que culminou com a negativa do PTB em aceitar a candidatura de Ferrari à Vice-Presidência – fez com que o deputado buscasse apoio externo ao partido, dando início à “Campanha das Mãos Limpas”. Nela, o dissidente trabalhista utilizou um conjunto de ideias que já vinham sendo forjadas na disputa interna, as quais julgamos *ideias-força*, para legitimar-se diante dos eleitores. A elucidação de tais ideias consistiu na resposta à segunda parte da nossa questão. Foi assentado nelas, somando-se a outros temas como nacionalismo e reformismo, que se originou um novo partido, o MTR.

Com relação a nossas fontes primárias, cabe mencionar que o farto material de divulgação produzido naquela campanha foi um importante auxiliar para esta análise. Não tomamos conhecimento, por exemplo, de um livro semelhante ao *Mensagem Renovadora* editado pelo PTB naquela eleição. Isso se explica, em parte, porque, ao contrário do MTR, o PTB já era bem conhecido e amplamente estruturado, não havendo a necessidade de se apresentar aos eleitores da mesma forma que os trabalhistas renovadores.

Ao final da campanha de 1960, Ferrari havia percorrido mais de mil municípios brasileiros, maior número registrado por um candidato até aquele momento no país. Foi derrotado nas urnas, mas continuou sua atuação política no partido que julgava ser o representante do “trabalhismo autêntico”, surgido a partir daquelas eleições.

Por fim, cumpre referir que nossa reflexão acerca da cisão ferrarista, constitui apenas um capítulo da atuação política de Fernando Ferrari. Dada a complexidade observada em sua trajetória, acreditamos que a mesma pode se tornar objeto de pesquisas futuras, que incluam, por exemplo, fontes orais e documentação oficial da Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Suley. A Cisão do MTR com o PTB. In: Fleischer, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Brasília 1978/93. Dissertação (mestrado) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1978.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. [1989] *O poder simbólico*. [12. ed.] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Olavo. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. pp. 161-166.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981. Vol II.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-293.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, v. 13. Porto Alegre, 1995, pp. 19-29.

FERRARI, Fernando. *Escravos da Terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

GOMES, Angela de Castro. [1988] *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. pp. 59-84.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-81. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 83-99. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1985.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/IUPERJ, 1991.

LEAL, Carlos Eduardo. Movimento Trabalhista Renovador. IN In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 3989-3990. (Volume 4).

LEMO, Renato. Fernando Ferrari. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2151-2153. (Volume 2).

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O preço da liberdade é a eterna vigilância: a UDN no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-277.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalhismo e questão agrária: introdução ao estudo do pensamento político de Fernando Ferrari. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 20/04/2010.

_____. Trabalhismo, reforma agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 1, n. 2. Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em: 20/04/2010.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. p. 585-597. (Vol. 1).

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política no RS*. Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo, Área de Ciências Humanas, UNISINOS, 2008.

WAGNER, Carlos e PEREIRA, André. *Fernando Ferrari*. Coleção esses gaúchos. 2ª Ed, Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985.